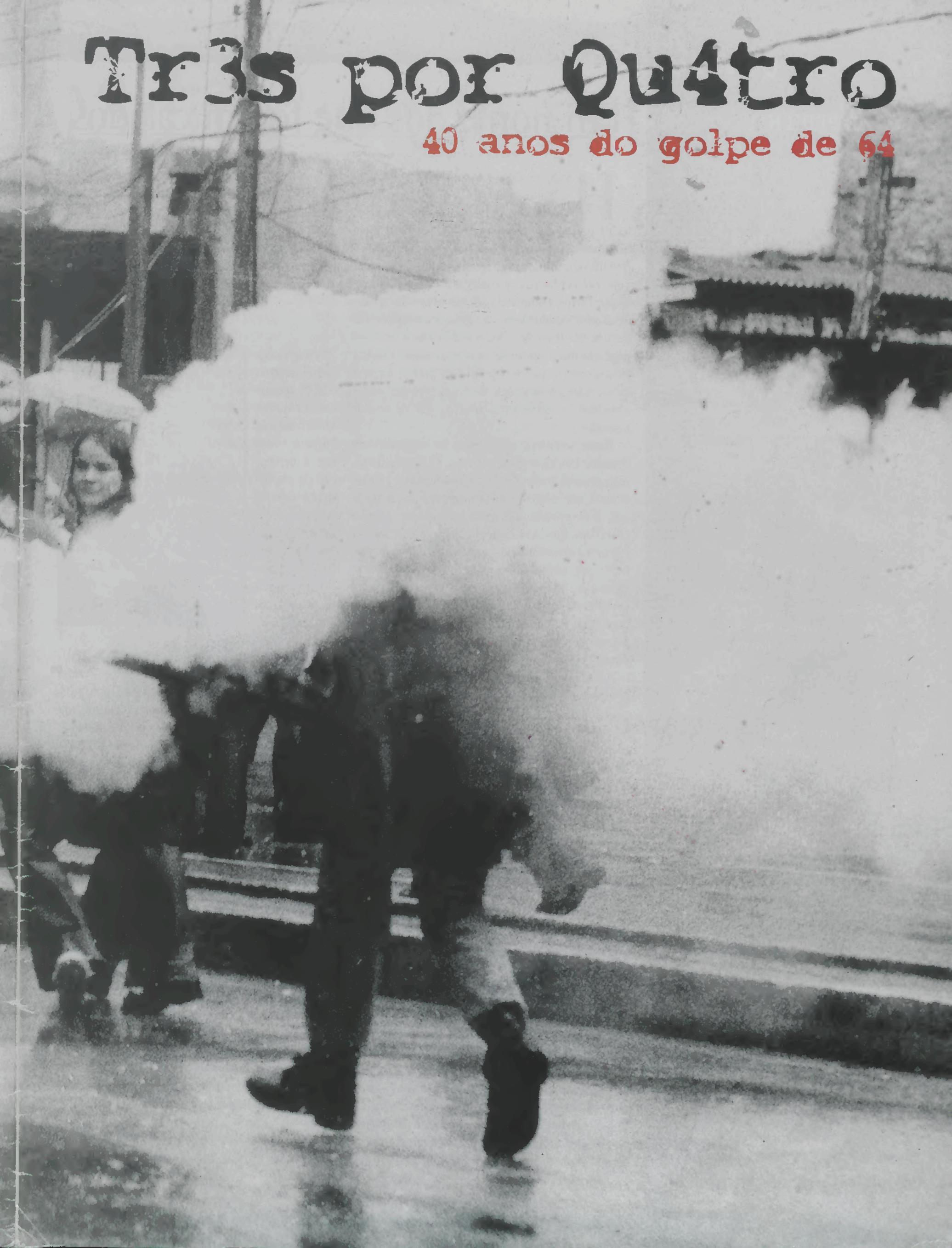


Três por Quatro

40 anos do golpe de 64



EXPEDIENTE

Três por Quatro é uma publicação experimental da disciplina Redação Jornalística IV, produzida pelos alunos da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS

CONSELHO EDITORIAL

Jéfferson Curtinovi, Márcio Ramos Luiz e Vitor Vecchi de Oliveira

REDAÇÃO

Anna Martha Silveira, Daiane Menezes, Fernanda Aldabe, Jéfferson Curtinovi, Márcio Ramos Luiz, Mariana Goldmeier Tochetto, Mariana Linhares Pivatto, Michele Pinheiro, Michelle Saliba da Costa, Mirella Nascimento e Paulo Henrique Rodrigues

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Márcio Ramos Luiz

REVISÃO

Jéfferson Curtinovi, Mirella Nascimento, Solon Brochado, Valter Giugno Abruzzi, Vanessa Nunes e Vitor Vecchi de Oliveira

ORIENTAÇÃO

Wladimir Ungaretti

IMPRESSÃO

Gráfica da UFRGS

AGRADECIMENTOS

A Antônio Vargas, pelas fotografias; a Maria Karina Ferraretto, pela colaboração; a André Albuquerque e Renato Vieira, pelo tratamento das imagens

FOTO DE CAPA: ANTÔNIO VARGAS



JOÃO PEDRO PERASSOLO

Em nome dos que foram calados

Há quem diga que é possível fazer jornalismo sozinho. Há quem diga que o jornalismo pode mostrar a vida por todos os lados. Há quem creia que por trás de um texto existam vivências, valores e ideologias que não combinam com neutralidade. E há quem veja no verdadeiro jornalista a capacidade de impor filtros a suas paixões em nome da verdade. Todos concordam que uma matéria precisa de um contraponto. Nem todos vêm em um contraponto a garantia da objetividade. Em comum, sabem que a objetividade não é mito, é meta. São concepções diversas, muitas vezes antagônicas, da mesma arte: o dom de contar histórias.

Nesse semestre, realizamos um trabalho em equipe. Uma pequena turma de jornalismo, microcosmo mergulhado no universo de profissionais que estão levando informação às massas, desempenhou função importante para a memória do país. No ano em que o Brasil relembra a ascensão do regime militar, esta turma – que, assim como os jornalistas que atuam na mídia, se divide em pessoas que acreditam em diferentes tipos de jornalismo – resolveu contar a história de alguns dos que foram vencidos pela truculência do regime, mas triunfaram com suas lições de luta e esperança.

Foi neste contexto, num entrevero de posições, na discussão de cada pauta, que decidimos pelo tema: a ditadura. Há exatamente 40 anos, os cidadãos brasileiros tiveram de se calar. Submetidos a um regime autoritário, tiveram a liberdade tolhida e os ideais subvertidos. Hoje, nós temos a responsabilidade de falar em nome daqueles que se calaram. Do mesmo ambiente, emergiu o enfoque: os torturados. Então, houve quem clamasse pelo contraponto, pela versão dos ditadores, em nome da objetividade. A resposta seria a ética, a escolha por um lado, o questionamento sobre o critério de justiça que permitiria dar voz a quem já teve tanta para querer justificar o injustificável: o desrespeito à vida. A fertilidade das discussões permitiu o consenso, a coletividade fez o jornalismo.

Da convivência em grupo, além da fogueira de vaidades, aflorou uma certeza: jornalismo se faz em equipe. Na busca de um consenso, descobrimos o diferente, tentamos compreendê-lo e, quiçá, agregá-lo. Mesmo entre antagonismos entrincheirados, a versão dos torturados permaneceu. Não poderia ser diferente. Foi determinante nessa escolha a coordenação do jornal. Sob a tutela do professor Wladimir Ungaretti, ex-presos-político, seria impossível rememorar os 40 anos do golpe dando voz aos vencedores.

Todo o tempo que passou na prisão e as torturas a que foi submetido tornavam proibitiva qualquer menção à versão dos algozes. Chutamos a neutralidade; dispensamos o contraponto em nome de algo maior: a vida dos que foram covardemente calados e a memória dos que corajosamente sobreviveram.

■ ■ ■

Próximo ao fechamento da edição, a morte de Leonel de Moura Brizola daria a todos nós a percepção da importância do que tínhamos em mãos. Reverenciado em todo o país, principalmente no Rio de Janeiro e no Rio Grande do



DIVULGAÇÃO

Sul, dois estados que governou, Brizola foi o último dos homens da “era do palanque”, como disse o jornalista e escritor Flávio Tavares. A morte do líder trabalhista, vítima de um infarto fulminante, fecharia um ciclo político iniciado por Getúlio Vargas. Mas Brizola representou mais do que isso. Grande inimigo da ditadura, mesmo exilado, comandou insurreições desejosas de ver a volta da democracia ao país, algumas delas retratadas neste jornal.

Há cerca de três meses, quando o país inteiro lembrava a data do golpe, Brizola esteve no Rio Grande do Sul. Em palestra, o caudilho afirmou: “A data do golpe é 1º de abril e não 31 de março como sempre se quis dizer. Eles deram ênfase a outra data porque não queriam comparações com o dia da mentira”.

A perda de Brizola, sentida até mesmo por seus inimigos políticos, no ano em que se rememora quatro décadas do movimento militar de 64, dá ainda mais importância ao momento em que vivemos. Quando a esperança é nula e os acontecimentos dignos de celebração escassos, cabe lembrar que os dois grandes erros da ditadura, reverberados sempre por Brizola, foram o desrespeito à diferença e o apego à mentira.

POR FERNANDA ALDABE
E PAULO HENRIQUE RODRIGUES

Muito ainda está por ser contado

Ainda hoje, lembro do meu primeiro comício. Foi na Central do Brasil, quando o presidente João Goulart anunciou algumas das Reformas de Base. Estudava na Escola Técnica Nacional, nas proximidades do Maracanã, no Rio de Janeiro.

Nas horas que antecederam o comício, participei da preparação de cartazes no Sindicato dos Têxteis, próximo da Praça da Bandeira. Pelo que consigo lembrar, cumpria assim uma tarefa do Comitê Secundarista do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Fui para a Central do Brasil carregando uma faixa: "Estudantes Secundaristas pedem a legalização do PCB".

E, do episódio do derramamento de combustível, na pista da Presidente Vargas (descrito em matéria do *Correio da Manhã*), tinha uma vaga lembrança de que na confusão fiquei imprensado contra um carrinho de pipocas. Retomei toda a cena quando li o livro *Um Jornal Assassinado*, de Jefferson de Andrade, em colaboração com Joel Silveira, editado pela José Olympio.

Nessa mesma época, freqüentava o prédio da UNE, na Praia do Flamengo, e estava lá quando alguém entrou correndo na sala da União Nacional dos Estudantes Técnicos e Industriais (Uneti) anunciando que Kennedy tinha sido assassinado.

Minha família retornou para Porto Alegre logo após o golpe de 64. Retomei a atividade no PCB, através de contatos com militantes que atuavam no Colégio Júlio de Castilhos. Participei do ato de enterro do sargento Raymundo Soares. Tenho de forma nitida algumas imagens. A saída do corpo do antigo necrotério, proximidades da Faculdade de Engenharia da UFRGS. A seguir, a caminhada até o cemitério, com uma parada diante do prédio da Companhia de Bondes da Carris, onde hoje é o viaduto da João Pessoa. Não cheguei a ir, pelo menos não tenho lembranças, até o cemitério. Nunca esqueci da presença e do nome da advogada Elida Costa. Sempre estive ao lado do caixão. Uma mulher pequena e magra.

O jornal *Hora do Povo*, em edição recente, toca num outro episódio que ainda está por ser contado. Circulava nos locais de tortura e nos presídios a seguinte história: teriam ocorrido vários casos em que torturadores, mostrando notas publicadas em jornais do Grupo Frias, anunciavam que tal militante teria "fugido de um ponto", de um encontro com outro militante, ou ainda, escapado de um cerco. A seguir este companheiro era retirado de cela, quase sempre durante a noite, sendo que passados alguns dias os torturadores voltavam com um outro recorte, de um jornal do Grupo Frias, anunciando que aquele militante, que tinha "fugido", após troca de tiros, teria "morrido", quando na verdade já tinha sido executado. Ainda segundo estes relatos, a Aliança Libertadora Nacional (ALN), grupo dirigido por Marighella, sabendo deste tipo de eliminação de militantes, passou a atacar veículos de distribuição dos jornais. Tirava os funcionários de dentro dos veículos e tocava fogo. Algumas destas ações foram seguidas de panfletagens explicando os motivos de destruição dos carros. Agentes da Operação Bandeirantes (Oban) passaram a ocupar o lugar dos funcionários e, circulando pelas ruas de São Paulo, atentos e armados, se

ofereciam como isca para a ALN. Logo que foi adotada esta providência pela repressão, os comandos da ALN foram surpreendidos. A partir desse momento, os ataques não eram mais para simplesmente tocar fogo nos veículos, mas também para eliminar agentes da repressão. Comentava-se que teriam ocorrido ataques a veículos do Grupo Frias, ocupados por policiais, em que esgotada a munição dos dois lados, os veículos eram abandonados, e cada lado tratava de escapar da área.

Também é verdade que, nesse mesmo período, o material censurado em *O Estado de S. Paulo* era substituído por versos de Camões e, no *Jornal da Tarde*, por receitas de doces. Muitas histórias ainda estão por ser contadas.

Esta turma, do curso de jornalismo da UFRGS, com esta edição do 3x4, mesmo não reunindo todos os recursos que seriam necessários para a realização de uma grande edição sobre o tema, escolheu um caminho para marcar a passagem dos 40 anos do golpe militar. E, sem ser panfletária, construiu uma edição que terá um importante papel na preservação de nossa memória.

Da minha parte, como professor responsável pela coordenação do jornal laboratório, sinto que coloquei à disposição deste grupo toda a minha paixão pela profissão, repassando informações, fornecendo e discutindo pautas, sugerindo enfoques, propondo soluções para que o resultado final fosse o melhor possível.

FECHAMENTO

Depois que este texto foi escrito, chegou às livrarias *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988* (Boitempo Editorial), de Beatriz Kushnir. A partir de uma minuciosa pesquisa e de vários depoimentos, a autora revela detalhes do processo de eliminação de militantes e o procedimento do jornal *Folha*



da Tarde, do Grupo Frias, revelando, inclusive, nomes e datas. Também chegou às livrarias o livro *O Coronel Rompe o Silêncio* (Editora Objetiva), de Luiz Maklouf Carvalho, sobre a Guerrilha do Araguaia. E, por último, *O Dia em que Getúlio Matou Allende e Outras Novelas do Poder* (Editora Record), do jornalista gaúcho Flávio Tavares.

Este exemplar do 3x4 é a confirmação de que muito ainda está por ser contado. Com um maior espírito jornalístico, de trabalho em equipe, é possível que tivéssemos conseguido um pouco mais. Que venha a *Sextante* e que se consiga avançar no convívio com um sentimento maior de fraternidade e transparência.

WLADYMIR UNGARETTI

O desfecho (i)lógico da TORTURA

A trajetória do ex-sargento do Exército Manoel Raymundo Soares, durante cinco meses de 1966, que culminou em sua morte, reflete as atrocidades da ditadura

POR JÉFFERSON CURTINOVÍ

No dia 24 de agosto de 1966, os agricultores Leci Ramos Batalha e João Gomes Peixoto, moradores da Ilha das Flores, encontraram um cadáver com as mãos amarradas às costas boiando nas águas do Rio Jacuí. Uma semana depois, seria constatado que se tratava do ex-sargento do Exército Manoel Raymundo Soares, preso por militares no dia 11 de março daquele ano e supostamente libertado em 13 de agosto. Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada posteriormente concluiria que, durante os mais de cinco meses em que esteve detido, Manoel sofrera constantes torturas físicas e psicológicas. E responsabilizaria diretamente pelo crime o então major Luiz Carlos Mena Barreto e os delegados Itamar Fernandes de Souza e José Morsch. Estes, porém, nunca foram punidos. Pelo contrário, receberam até promoções devido à prestação de bons serviços. 3x4 esmiuçou o relatório da CPI e detalha os fatos que cercam esse episódio da história recente do Brasil.

O PROTAGONISTA

Manoel Raymundo Soares nasceu em Belém do Pará a 15 de março de 1936. Filho de uma família pobre, não chegou sequer a conhecer o pai. Aos 17 anos, castigado pela infância desesperançosa, deixou os parentes em busca de oportunidades. O destino era o Rio de Janeiro, então capital do país. Lá, descobriu o Exército e a possibilidade de construir uma carreira que lhe permitisse almejar mais do que a mera sobrevivência.

Ao passo que conquistava divisas, desenvolvia seu exagerado gosto pela leitura. Manuais sobre economia e política, livros que contavam a história nacional, testemunhos das guerras do povo contra o



CRIME. As mãos amarradas às costas denunciam o assassinato

governo. Tudo era importante para Manoel. Antes mesmo de tornar-se sargento, já impunha liderança entre os colegas de farda. Com eles passou a participar de lutas pelo reconhecimento de seus direitos de cidadão e pela democratização das Forças Armadas. Ao lado da massa, brigava por reformas sociais e econômicas que dessem ao Brasil a posse de suas riquezas e garantissem aos brasileiros os benefícios de seu aproveitamento.

Em meados de 1963, meses antes de estourar o golpe militar, Manoel amargou as primeiras represálias pela firmeza de seu comportamento. Foi transferido do 1º Batalhão de Saúde, sediado no Rio, para uma unidade no Mato Grosso. Deflagrada a tomada do poder pelo Exército em 1º de abril de 1964, Manoel teve sua prisão decretada. Fugiu. Saiu à pro-

REPRODUÇÃO

cura de patriotas que, como ele, estivessem dispostos a lutar contra a ditadura.

11 DE MARÇO DE 1966

Nos dois anos que seguiram, Manoel viveu na clandestinidade. Passava tempos fora de casa e se encontrava com a mulher, Elisabeth Chalupp Soares, em pontos determinados que marcava. Decidiu vir para o Sul em janeiro de 1965. Havia sido procurado pelo ex-sargento Leony Lopes, no Rio, com uma promessa de trabalho em Porto Alegre. Começava ali o fim de sua liberdade. Na capital gaúcha, Lopes o apresentou ao então cenógrafo do Auditório Araújo Vianna, Edu Rodrigues. "Era um tipo estranho, já fora até faquir", como diria na derradeira carta enviada à esposa, do cárcere da Ilha Presídio, em 25 de junho de 1966.

O antigo faquir era informante da polícia política. Por volta das 16h35min do dia 11 de março de 1966, em frente ao Araújo Vianna, dois militares à paisana, mais tarde identificados como os sargentos Carlos Otto Bock e Nilton Aguiadas, da 6ª Companhia da Polícia do Exército (PE), prenderam Manoel. Ele carregava consigo uma bolsa preta de plástico, com cerca de dois mil recortes de jornais carimbados com inscrições de caráter político.

O PRÉDIO DA AVENIDA JOÃO PESSOA

Sem ter culpa formada, Manoel foi posto num táxi DKW verde, com capota bege, e conduzido ao quartel da PE. O, na época, tenente Glênio Carvalho Souza o manteve sob interrogatório até aproximadamente as 19h. Novamente colocado no táxi, Manoel foi levado ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops), na Avenida João Pessoa. Os hematomas já existentes em seu corpo eram apenas



IMPRENSA. A morte do ex-sargento foi amplamente noticiada pelos jornais da época



o início dos longos cinco meses que lhe restavam.

Nos oito dias seguintes, Manoel recebeu intenso tratamento – como eram denominadas as sessões de tortura aplicadas pelos militares – nas dependências do Dops. Entre as salas escuras e os corredores labirínticos do terceiro andar do Palácio da Polícia Civil, pairava uma mistura de tensão, medo e sadismo. Sentimentos de prisioneiros e polícias conflitavam durante horas de interrogatórios, humilhações e barbárie.

Dormia-se no chão, sobre estrados de madeira ou, com sorte, em restos de colchão. Muitas vezes, apenas de cueca. Para a comida não havia talheres. Quando vinha, se vinha, era levada a boca com as mãos. Normalmente, recebiam um pedaço de pão duro ou feijão azedo e uma pasta de arroz. O café tinha gosto de água.

Às 2h da primeira madrugada, Manoel e seu companheiro de cela, Luís Renato Pires Almeida, foram acordados a pontapés pelo delegado José Morsch. Às 8h, o ex-sargento ainda sofria violências. Fora queimado com pontas de cigarros, recebera chutes, pauladas e golpes com fios. Fora posto também no pau-de-arara – o preso é amarrado com os joelhos contra o tronco e as pernas contra os joelhos. Os braços são atados às pernas e entre eles é introduzida uma barra de ferro, que tem suas extremidades apoiadas em dois pontos elevados. O preso fica de cabeça para baixo e entregue a sanha de seus algozes.

Quando foi levado para a sala do fiscal Olinto, chefe da guarda do Dops, estava semiconsciente, com as costas sangrando e umas das vistas fechadas. Sob a imagem distorcida e ameaçadora de um facão, escutou as perguntas sarcásticas: “Como é? Já melhorou? Está pronto para outra?”.

LUÍS RENATO PIRES ALMEIDA

Grande parte dos detalhes apurados sobre os dias em que Manoel esteve no Dops se devem ao ex-estudante

de agronomia Luís Renato Pires Almeida, detido no início de fevereiro de 1966, logo depois do Carnaval. Quando da prisão do ex-sargento, Luís Renato já havia experimentado o tratamento: nos três primeiros dias de sua permanência no Palácio da Polícia, ficou 72 horas em absoluto jejum, porque os policiais não lhe deram qualquer alimentação. Chegou ao cárcere com 65 quilos. Ao cabo de dois meses, quando libertado, estava com apenas 52.

Antes de ser solto, porém, dividiu cela, colchão e ombro com Manoel. A situação difícil e a falta de outros com quem conversar os tornaram amigos. Em um dos reencontros, entre idas e vindas às salas de tortura, escutou o desabafo do ex-sargento: “Esses caras querem saber a porra de um endereço que eu não sei. Se eu for torturado novamente, vou morrer. Não agüento mais”. Na ocasião, os policiais haviam lhe golpeado com pedaços de tijolos e pedras, amarrados em tiras de pano.

Entre as salas escuras do terceiro andar do Dops, pairava uma mistura de tensão, medo e sadismo

NA ILHA PRESÍDIO

Às 9h30min do dia 19 de março, Manoel e Luiz Renato foram levados em uma radiopatrulha até a Vila Assunção, de onde partiram para a Ilha Presídio, encravada a três quilômetros de cada margem do Guaíba e cujo nome poético era Ilha das Pedras Brancas. Era a primeira vez que o estudante via o ex-sargento vestido – até então só o encontrara de cuecas. Estava com uma calça de lã escura e uma camisa amarelada de sujeira.

Foram designados para uma cela separada da dos presos comuns: grande, com duas portas de ferro, uma voltada para o corpo da guarda e outra para o rio. O único móvel era um beliche sem colchões. Madeira dura. Na primeira noite, perceberam que seria melhor deixar a parte superior vaga. Dormiram em sentido oposto, os pés de um tocando a cabeça do outro, para diminuir o frio.

Aquela foi uma semana de conver-

sas. Manoel mencionava frequentemente o nome da esposa, Betinha. Falava sobre seu desejo de passar uns dias com ela em Caxambu. E pedia a todo instante que, caso o companheiro soubesse primeiro, enviasse um bilhete com notícias para a mulher. Com efeito, Luiz Renato foi solto no dia 30 de março. Deixou para o amigo uma calça, duas camisas, um aparelho de barbear e uma caneta Parker. As últimas palavras que ouviu do ex-sargento traduziam seu espírito: “Se morrermos, não somos os primeiros nem seremos os últimos. Isso faz parte da nossa luta”.

De fato, Manoel Raymundo Soares morreu: depois de cinco meses de torturas, durante o caldo – quando se mergulha o preso de cabeça para baixo na água e o retira-se rapidamente, em segundos; o indivíduo imerge, tem a sensação de afogamento, mas retorna incólume às mãos de seus seviciadores. Por erro ou propositadamente, o ex-sargento foi submetido a uma sessão mais dura do que seu organismo podia suportar.

A FALSA LIBERTAÇÃO

Consta na página 92 do livro número quatro de ocorrências do Dops um registro de liberação de Manoel às 13h30min de 13 de agosto de 1966. O guarda Gabriel Medeiros de Albuquerque Filho revelou, porém, que na noite seguinte, quando servia no departamento, viu o ex-sargento recolhido a uma das celas. Albuquerque ressaltou que ele e o colega Lauro Camargo de Borba comentaram entre si, impressionados, o fato de um militar estar metido em assuntos subversivos. Três semanas depois do depoimento prestado na Delegacia de Segurança e Pessoal, o policial desmentiu as informações, alegando que havia se confundido.

A INVESTIGAÇÃO

O corpo de Manoel foi encontrado por volta das 17h de 24 de agosto, dia em que era impetrado um terceiro *habeas corpus* em seu favor. Os agricultores Leci Ramos Batalha e João

Trechos de cartas enviadas por Manoel à esposa

(...) “Eis um panorama da minha situação como prês. Fui detido às 16.35 horas, mais ou menos, do dia 11/3, sexta-feira, defronte ao Auditório Araújo Vianna. Dois ‘cavalheiros’ seguraram-me pelos braços, enfiaram-me em um táxi e levaram-me para a PE (Polícia do Exército). Lá mantiveram-me até por volta das 19h debaixo de um ‘tratamento’, interrogatório, como eles chamam. Depois enfiaram-me no mesmo táxi e levaram-me para o Dops onde o ‘tratamento’ continuou por mais oito dias. Sujo, barbudo, com a camisa rasgada, todo machucado, fui trazido para esta Ilha, onde estou até hoje. Desde 19 de março não mais me ouviram. Estou todo esse tempo em regime de ‘incomunicabilidade’. Estou prês sem ter culpa formada, ‘sem’ prisão preventiva; sem ter sido julgado e muito menos condenado”.

(...) “Tôdas as torturas físicas a que fui submetido na PE e no Dops não me abateram”.

Escrita no dia 10/07/1966

(...) “Fui conduzido ao quartel da PE e lá, debaixo de um ‘tratamento’ fui interrogado durante duas horas. A seguir, fui levado para o Dops, na avenida João Pessoa, onde fui tratado durante uma semana... Em meu corpo ficaram gravadas algumas medalhas com que me agradeceram”.

Entrevista: Gregório Mendonça

Gregório Mendonça, 67 anos, aposentou-se como motorista da Companhia Carris Porto-Alegrense e atualmente mora em Balneário Pinhal. Em 1964, engajou-se no Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), mesma organização a que pertenceu o sargento Manoel Raymundo Soares. Localizado por 3x4, Mendonça contou um pouco de sua trajetória e das funções exercidas por Manoel na luta armada.

3x4 – Como começou o Movimento Revolucionário 26 de Março?

Gregório Mendonça – O MR-26 nasceu de um grupo marxista-leninista independente que surgiu logo após o golpe militar. Até 1964, existia um crescimento muito grande das forças de esquerda. Havia vários partidos com propostas diferentes de participação. Alguns se organizavam em vilas para trabalhar com o povo. Com o golpe, a dispersão foi grande. Boa parte dos companheiros foi presa e, apesar de alguns terem sido soltos mais tarde, os partidos caíram na clandestinidade. Então organizamos este grupo independente com pessoas que estavam dispostas a lutar, a fazer resistência à ditadura. Começamos a discutir com várias frentes, viajando para o exterior – América do Sul e Central. Queríamos conseguir apoio e fazer uma resistência armada no Brasil. Como o Brizola estava no Uruguai, muitos iam para lá fazer contatos. A organização não tinha condições econômicas de fazer viagens internacionais, apenas essas mais curtas. Nossa disposição era muito grande de fazer uma

resistência armada. Depois de um tempo, criamos uma direção provisória, dividida em militar e política. Eu fiquei no setor militar, que era também o grupo do sargento [Manoel Raymundo Soares]. Muitos companheiros vinham para o Rio Grande do Sul e atravessavam a fronteira. Aqui existia uma espécie de embaixada, onde eles recebiam cobertura. No Uruguai, o pessoal trabalhava com o objetivo de fazer um levante no nosso Estado.

3x4 – Por que a data 26 de Março?

Mendonça – O 26 de março surgiu em função do levante armado em Três Passos, organizado por Jéferson de Alencar Osório, que partiu do Uruguai [roubo de armamento e munição de contingentes da Brigada Militar nas localidades gaúchas de Três Passos e Tenente Portela em 1965]. Nós estávamos apoiando este movimento, nossa função era dar assistência logística. A investida estava marcada para o dia 30, mas alguém de dentro delatou Osório, que decidiu antecipar a data para 26 de março. Tomaram cidades do interior e, em segui-

da, partiram para a fronteira com Santa Catarina. Queriam conseguir apoio dos pequenos agricultores daquela região, um pessoal da reforma agrária. Havia muitos camponeses dispostos a ingressar na luta, mas o Exército os cercou. Houve confronto e o grupo não teve condições de resistir. A maioria foi presa e barbaramente torturada. Na época era selvageria total. O pessoal que ficou na cidade saiu ileso. Por isso o nome Movimento Revolucionário 26 de Março, em homenagem a esses companheiros. Logo depois eu tive que sair do país, porque estava sendo muito procurado e também para fazer um curso militar. Nossa proposta era mesmo de luta armada. Em conjunto com a organização do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), do Leonel Brizola, iniciamos os contatos e viajamos. Eu fui para Cuba por 14 meses.

3x4 – Quem coordenava o MR-26?

Mendonça – Paulo Melo [Almir Olímpio de Melo] era o representante político, eu era do quadro militar, e o Vanoli era responsável pelas finanças.



ARQUIVO PESSOAL

3x4 – E quais eram as funções do Manoel Raymundo Soares?

Mendonça – Ele estava ligado ao nosso movimento. Vinha do Rio e dávamos cobertura para ele. Mas ele acabou sendo pego e morto. Foi uma execução covarde. Na época da ditadura, não havia convivência com outra posição política, mas sim com marginais. A oposição tinha outra proposta. Ainda hoje, lembramos dele com carinho. Raymundo Soares não delatou ninguém. Ficou conosco por bastante tempo. Viajou várias vezes ao Uruguai. Fazia parte do grupo dos sargentos cassados, assim como inúmeros militares que estavam conosco.

– POR MICHELLE SALIBA

Gomes Peixoto, moradores da Ilha das Flores, avistaram um cadáver com as mãos amarradas às costas boiando junto à margem esquerda do Rio Jacuí. As cordas improvisadas haviam sido feitas com pedaços da camisa que vestia. As calças escuras traziam os bolsos repuxados para fora, efeito da submersão. Apenas um dos pés estava calçado.

O casal notificou o posto policial da Ilha da Pintada, que deslocou o guarda civil Luís Burle Cardoso ao local. Pela madrugada, no ancoradouro do Corpo de Bombeiros da Brigada

Elisabeth viu o corpo do marido.

Durante as investigações, coordenadas pelo promotor Paulo Cláudio Tovo, ficou evidente a participação dos delegados José Morsch e Itamar Fernandes no destino do ex-sargento. Mesmo o inquérito não tendo sido dirigido no sentido de apurar as responsabilidades individuais, eis que se entendia que todos os policiais, por co-autoria, eram culpados pelas atrocidades cometidas, os nomes citados foram despontando com mais frequência nos depoimentos colhidos.

O então funcionário da Companhia Carris Porto-Alegrense Aldo Alves de Oliveira, levado ao Dops na noite do dia 10 de março de 1966, contou que conheceu Ma-

Durante toda a noite, Manoel foi queimado com pontas de cigarros, recebeu chutes, pauladas e golpes com fios

noel lá. Na primeira vez em que o viu, o ex-sargento “estava sentado no corredor que dá acesso à cela, sem camisa, deixando ver as marcas de queimaduras e sinais de violento espancamento, a tal ponto que não podia engolir alimentos”. Em razão disso, Aldo e outros presos forneciam “alguma porção do leite que os familiares envia-

vam”. A situação foi confirmada pelos detentos Nilo de Almeida Fernandes, Alcebíades Antônio de Oliveira, Rui Alves Lisboa, Roque Pífero Marques, Sérgio Coimbra Duarte, Ubirajara Ávila Fontoura, Nicanor Rodrigues, Olívio Aristides Quetzer e Edgar da Silva.

Segundo Aldo, em quase todas as madrugadas que permaneceu no Dops, depois de escutar horas de gritos, assistia Manoel passar em frente a sua cela com aspecto físico deplorável. O depoente não pôde pre-

cisar quem espancava o ex-sargento, mas afirmou que o delegado Morsch era o responsável por levá-lo e trazê-lo ao cárcere.

Nesse período, o major Luiz Carlos Mena Barreto era o chefe superior do Dops e do Dopinha – órgão de ligação do III Exército com a Secretaria de Segurança do Estado – e dava assentimento às torturas. De acordo com a lei penal brasileira, quem de qualquer modo concorre para um crime incide nas penas a este aplicadas.

Manoel não foi a única vítima

A CPI que investigou a morte do ex-sargento acabou descobrindo outras histórias de tortura

Hélio da Silva Maciel: foi colocado sem sapatos em uma sala totalmente escura. Logo percebeu que uma torneira aberta alagava o chão. Permaneceu ali por aproximadamente 24 horas até que o levaram a um local de interrogatório. Depois de negar a participação em uma passeata estudantil, foi agredido com socos e cassetetes de borracha.

Araken Vaz Galvão: foi levado à Ilha Presídio, onde passou dias com uma bala no ventre sem que lhe fosse dispensado tratamento médico. Conforme testemunho do Frei Odilon Tupinambá, os militares ofereciam cuidados a Galvão em troca da delação de companheiros.

Eni Tabuá Tosca Freitas: depois de um interrogatório de três horas no Dops, foi conduzida para uma sala sem iluminação, onde dois indivíduos a violentaram sexualmente. As consequências foram uma gravidez indesejada e a contração de doença nos órgãos genitais.

CLAMOR NACIONAL

O crime contra o ex-sargento ganhou destaque pelo país. A imprensa, principalmente do Rio de Janeiro, expôs o caso em suas manchetes. Representantes da oposição fizeram protestos indignados no Congresso e em Assembleias Legislativas de vários Estados. Nas manifestações estudantis, universitários exigiram a punição dos culpados e exaltaram a bravura de Manoel. Abriam uma de suas passeatas, em Belo Horizonte, com duas faixas de crepe e letras brancas: "Glória ao sargento Manoel Raymundo Soares,

assassinado pela ditadura do Brasil" e "Glória ao estudante Santiago Pompillon, assassinado pela ditadura da Argentina".

No dia 2 de setembro, em uma cerimônia marcada por protestos e homenagens, o corpo do ex-sargento foi sepultado. O cortejo fúnebre percorreu ruas do centro da Capital, seguindo em direção ao Cemitério São Miguel e Almas. Nas proximidades da Avenida Azenha, o caixão foi levado até a Pira da Pátria. A multidão fez um minuto de silêncio e, sob intensa comoção, cantou o hino na-

cional.

Dispersos entre as pessoas, agentes do Dops acompanhavam o desfile. Anotavam o nome dos ex-militantes, mas não ousavam interferir. Entre lágrimas, um estudante gritou para um policial, quase face a face: "Assassinados!". Do povo, ergue-se um coro em meio tom, abafado: "Assassinos, assassinos!".

A INDENIZAÇÃO TARDIA

Em 1996, a Comissão Especial sobre os Desaparecidos - criada pelo governo Fernando Henrique Cardo-

so para apurar os casos de presos políticos desaparecidos durante o período da ditadura militar - aprovou uma indenização de R\$ 100 mil para a viúva de Manoel. Foi um reconhecimento, ainda que tardio, da participação dos órgãos de repressão na morte do ex-sargento.

Em 2001, a Justiça determinou outra indenização a Elisabeth, que movera ação contra a União Federal. Porém, segundo o advogado João Francisco Rogowski, a união ingressou com um recurso, ainda não julgado, na Justiça Federal.

"Meu marido foi morto na prisão"

Dos porões da ditadura, emerge a história do primeiro homem torturado e assassinado pelo regime militar brasileiro

POR PAULO HENRIQUE RODRIGUES

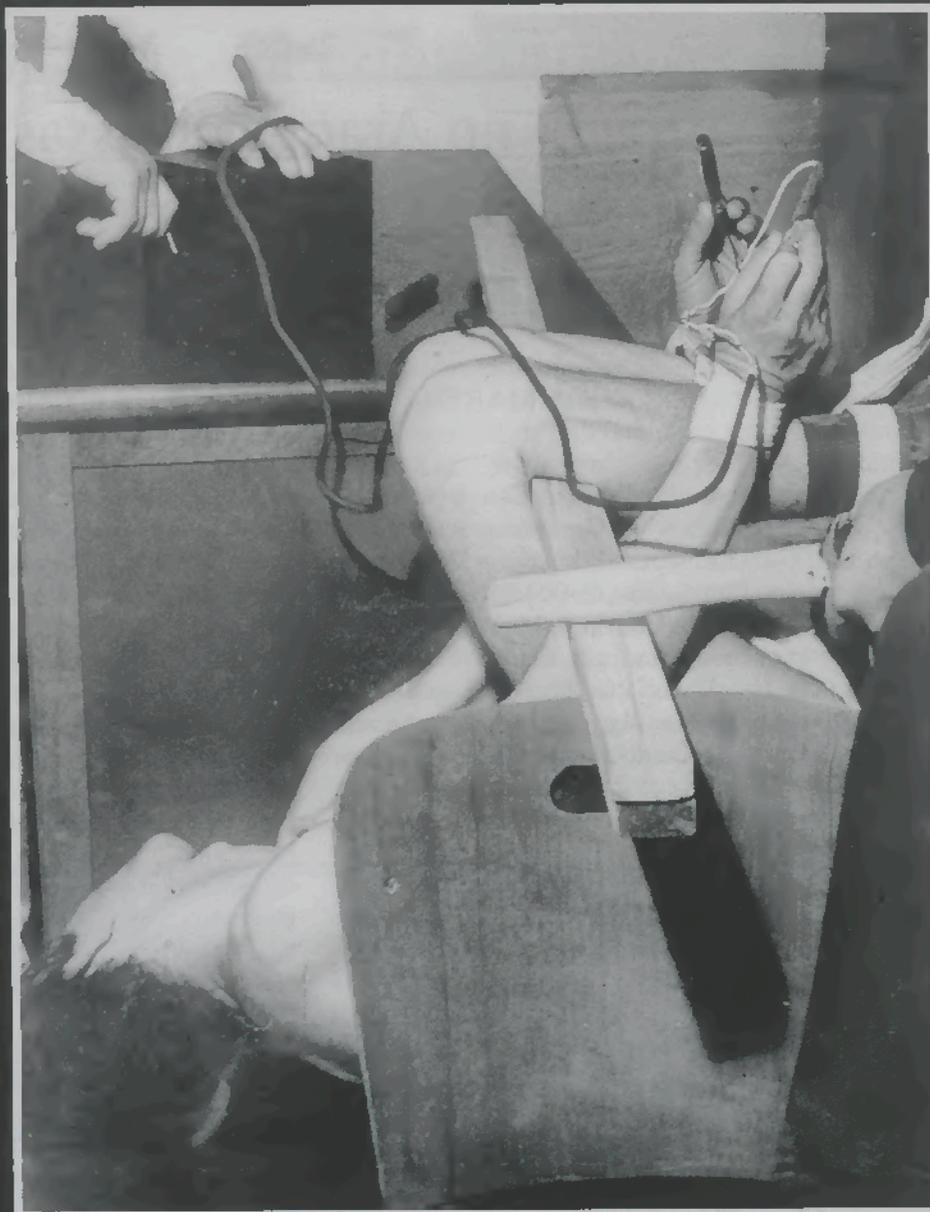
Do crime, além da impunidade - nenhum dos envolvidos, direta ou indiretamente, na tortura e na morte foram presos -, restam apenas um livro, que circula clandestinamente, e registros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Aberta em 31 de agosto de 1966, desvendou a primeira morte política da ditadura brasileira: o assassinato do sargento do Exército Manoel Raymundo Soares.

Passo inicial de um regime que seria marcado pela intolerância e perseguição em relação à dissidência, a morte do sargento foi noticiada na época de forma exaustiva. Trinta e oito anos após o susto dos agricultores ao se depararem com um corpo de mãos amarradas boiando à margem do Rio Jacuí - quando são lembrados os 40 anos do golpe -, pouquíssimo se falou do primeiro homem a ser torturado e morto a mando de militares. O Caso das Mãos Amarradas, como denominou o crime a imprensa da época, ainda não teve solução - teve culpados. A morte do paraense Manoel Raymundo Soares, que, como ele mesmo dizia, teve a honra de ser expurgado do Exército, quando as forças armadas, sob a desculpa da segurança nacional, impuseram ao país um regime ditatorial, ainda mantém-se sem desfecho, presa na memória de sobreviventes. A história da

primeira vítima da tortura continua ofuscada pelos chamados grandes fatos do regime, para a felicidade de quem prefere não rememorar a maior característica da ditadura no Brasil: o desrespeito à vida.

Mortes como a do jornalista Wladimir Herzog, que teve o corpo pendurado pelo pescoço na cela para simular um suicídio, e o genocídio na região do Rio Araguaia, foco de uma guerrilha de esquerda que pretendia derrotar a ditadura pelo gatilho, aconteceram anos depois de Manoel ter sido assassinado em Porto Alegre. O nome do paraense é facilmente encontrado em listas de presos políticos mortos e desaparecidos, mas a história do homem que foi um dos primeiros a ser submetido às torturas ensinadas pela CIA mantém-se em companhia de outras mortes ainda não contadas confinadas nos porões da ditadura.

A manchete do jornal *Zero Hora* de 31 de agosto de 1966: "O Mistério do Jacuí - Meu marido foi morto na prisão". Este foi o desfecho do menino pobre que alçou ao Exército e ousava manter e implementar seus ideais. Junto com a dedicação aos estudos, que lhe valeu promoções na hierarquia militar, Manoel foi moldando seu caráter de forma patriótica e engajada no progresso social do Brasil. Este caminho da esquerda trouxe fa-



TORTURAS. O pau-de-arara era comum nas temidas salas escuras

tos cruciais para a sua vida: primeiro o distanciamento do conservadorismo hegemônico das forças armadas, depois o encontro com uma das mais importantes organizações comunistas da época, o Movimento Revolucionário 26 de Março. Manoel era no Rio Grande do Sul um dos principais quadros desta guerrilha esquerdista.

Em abril de 1964, mês do golpe, teve sua prisão decretada e passou a viver na clandestinidade. Foi preso em 11 de março de 1966, em frente ao Auditório Araújo Vianna, em Porto Alegre, quando distribuía panfletos de conteúdo considerado subversivo. Detido pela polícia, foi encarcerado na Ilha Presídio, onde per-

maneceu até ser visto pela última vez com vida em 13 de agosto daquele ano.

Onze dias depois, em 24 de agosto, seu corpo foi encontrado boiando no Rio Jacuí, com as mãos amarradas às costas. Na necropsia, feita em 25 de outubro, era confirmada a hipótese de que Manoel fora torturado até a morte. Numa das cartas enviadas a sua esposa, Elizabeth Chalupp Soares, da prisão, Raymundo escreveu: "Ainda não foi necessário provar que não estou com medo de morrer. Talvez isso vá acontecer. A única coisa que vale agora é repetir as palavras que continuarei repetindo enquanto houver vida. Sob a ditadura. Viva à liberdade. O Povo vencerá".

Juca, o médico do Araguaia

O gaúcho João Carlos Haas Sobrinho foi um dos guerrilheiros mais populares durante a luta armada no Araguaia. Assassinado pelo Exército em 1972, seu nome e sua história permaneceram esquecidos

POR ANNA MARTHA SILVEIRA E MIRELLA NASCIMENTO

Localidade de Piçarra, São Geraldo do Araguaia, sul do Maranhão, setembro de 1972. Cinco guerrilheiros saem a campo. Um deles, Ciro Salazar de Oliveira (Flávio), atira e fere gravemente um soldado que lhes dera voz de prisão quando estavam cercados. No dia 30, ele e outros dois, José Manoel Nurchis (Gil) e João Carlos Haas Sobrinho (Juca), são assassinados pelos militares. Antônio Teodoro de Castro (Raul) e Walkíria Afonso Costa (Walk) escapam e vagam dois meses pela mata até encontrarem os companheiros do Destacamento B.

O corpo de Juca, crivado de balas, é exposto aos moradores de Tocantinópolis. O Exército tenta assustar a população, mostrando o que aconteceria com quem estivesse envolvido na guerrilha. O povo transforma o espetáculo macabro em uma homenagem póstuma ao médico querido da região. O general Bandeira de Melo desabafa: "Até depois de morta essa gente faz política contra o governo".

João Carlos Haas Sobrinho, o Juca, começou a atuar na política através do movimento estudantil no início dos anos 60 em Porto Alegre. Natural de São Leopoldo, ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e logo se tornou um dos melhores da turma. Sua dedicação aos estudos e a paixão pela profissão poderiam tê-lo afastado do caminho político que acabou percorrendo.

Quando começou a participar das discussões acadêmicas com outros estudantes, chegou a pronunciar, calmamente, como sempre fazia: "Estudante tem obrigação é de estudar e não de envolver-se com essas bobagens de engajamento político, forjando greve, criando confusões, descumprindo a orientação dos mestres".

Dois anos depois, João Carlos era um dos quatro vice-presidentes da antiga Federação dos Estudantes da UFRGS (FEUFRGS), hoje Diretório Central dos Estudantes (DCE), no mandato de Bruno Costa. Os colegas que conviveram com ele nessa época participam da mesma opinião, Haas era absolutamente sereno, porém seu poder de convencimento era inegável. "Ele sempre se mostrou tranquilo, com posições dialogantes. Posições que podiam ser assimiladas. O Haas tentava te

convencer sem forçar a barra", afirma Enéas de Souza, que o conheceu quando integravam a FEUFRGS. Sabino Vieira Loguércio, colega da Faculdade de Medicina concorda: "Seu raciocínio era lógico e direto. O argumento girava como um redemoinho, que arrastava o interlocutor para o convencimento. Os óculos de lentes de fundo de garrafa, que deixavam seus olhos como um risco, contribuíam para hipnotizar qualquer infeliz que se atrevesse a objetar sem lhe antepor uma força equivalente de persuasão".

Haas foi o último presidente do Centro Acadêmico Sarmiento Leite (CASL) da Faculdade de Medicina antes do golpe de 64. Percorreu o caminho inverso ao da maioria dos militantes do movimento estudantil. Primeiro foi eleito para a FEUFRGS, para só dois anos depois eleger-se presidente de um centro acadêmico.

Conhecido por Juca entre os companheiros, Haas morreu na segunda campanha do Exército à região da guerrilha

Até hoje, a ex-noiva de Haas, Carmen Catarina Handel, também atuante na política estudantil à época, é lembrada por antigos colegas do discurso que fez no dia da posse do futuro namorado. "Lembro muito bem de uma das minhas frases naquele dia. Eu já tinha uma profunda admiração pelo João Carlos. Lembro que falei 'não sei se devo cumprimentar o colega João Carlos Haas por ter sido eleito presidente, ou se eu cumprimento os colegas da Medicina por terem escolhido o João Carlos Haas'. Foi muito emocionante". Carmen, na época, era presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia da UFRGS e havia conhecido João Carlos quando ele ainda fazia parte da FEUFRGS.

João Carlos e Carmen Catarina começaram a namorar no início do mês de março de 1964, durante uma



reunião dançante no Centro Acadêmico. Naquela época, era comum os estudantes organizarem pequenas festas nas suas faculdades. Aos sábados, as reuniões dançantes eram feitas em vários centros e os estudantes iam visitando cada um. "Cada curso fazia a sua festinha e os estudantes iam lá confraternizar, dançar e discutir política. O João Carlos ia principalmente para dançar. Ele gostava muito", conta Carmen.

Pouco tempo depois, Carmen atendeu o telefone na sede da FEUFRGS e recebeu a notícia de que o golpe havia estourado. Dali a duas semanas, durante a habitual janta na Federação dos Estudantes, o casal foi surpreendido por duas pessoas que procuravam por um tal João Carlos Haas Sobrinho. Segundo Carmen, Haas calmamente falou: "Eu não reconheço no senhor essa autoridade. Quem é o senhor para dizer que eu estou preso? O senhor pode me mostrar a sua credencial para que eu possa saber?". O policial mostrou a identificação e prendeu João Carlos. Ele abraçou Carmen e disse que ela ficasse tranqüila e agilizasse os colegas para que as providências fossem tomadas.

Naquele mesmo dia também foi preso Plínio Dentzien. Os dois foram levados para a Febem, onde os militares haviam esvaziado um dos pavilhões e mantinham lá os presos políticos. Haas ficou detido durante duas semanas. Talvez aí tenha começado realmente a sua revolta com a política que havia se instaurado no país. "As pessoas me disseram que o Haas foi lentamente apertado pelas forças repressoras da época a se radicalizar cada vez mais", conta Enéas, que perdeu o contato com o amigo depois dos tempos de presidência da FEUFRGS. Uma das irmãs de João Carlos, Sônia Maria Haas, que até hoje luta para encontrar a ossada do irmão [leia mais na pág 11], conta que seus pais insistiam para que ele largasse a militância estudantil, pois poderia prejudicar sua vida como estudante e profissional. "Eles pediram muito para ele parar, mas ele falou para a minha mãe que ele não podia fazer isso, que era mais forte do que ele, que ele tinha que lutar pelas mudanças, pelas coisas em que acreditava", conta Sônia.

A preocupação dos pais, dona Ilma e seu Ildefonso, tinha razão de existir. O filho enfrentou grandes difi-

culdades para conseguir se formar. Apesar de ter a extrema dedicação e a competência reconhecida por amigos, professores e colegas, o fato de estar intimamente ligado à política estudantil e de ter sido preso tornaram-se grandes empecilhos para a conclusão do curso. Carmen lembra dos momentos de tensão vividos nos meses que antecederam a formatura, no final de 64. "Cada mês que passava e ele não era expulso da Universidade era um alívio para nós. Eram meses de muita incerteza, com colegas e professores denunciando. Eu sei que existiam colegas que faziam pressão para que ele fosse expulso e não se formasse". Carmen conta que um desses colegas chegou a ir à secretaria da faculdade após a formatura e perguntou se não iriam ficar anotações na ficha de Haas acerca de sua prisão e de sua ligação com os comunistas.

Não existem registros da data exata do ingresso de João Carlos no Partido Comunista do Brasil (PC do B). Carmen, que era a pessoa mais próxima dele na época, calcula que Haas tenha começado a atuar no partido no final de 64. "Só sei que na época do golpe ele ainda não estava envolvido com o PC do B. Concluí que tenha sido nesse ano por causa das mudanças no comportamento dele". Essa atitude revela uma outra característica marcante da personalidade de João Carlos, ressaltada por todas as pessoas que o conheceram: a integridade. Em nenhum momento João Carlos revelou a qualquer pessoa sobre o seu envolvimento com os comunistas ou da sua futura missão na Guerrilha do Araguaia. "Embora eu não concorde com a história da Guerrilha, do uso da força, eu respeito profundamente a decisão que ele



JUVENTUDE. João Carlos Haas aos 15 anos (acima) e com as tias em São Leopoldo (ao lado)



tomou. Era nisso que o João Carlos acreditava. Ele colocou a própria vida a serviço dessas idéias", afirma Carmen.

Haas foi um dos primeiros enviados pelo PC do B ao Araguaia. Como treinamento, passou por cursos de capacitação militar e política na Academia Militar de Pequim, na China, durante um ano. Antes foi a São Paulo e, na volta do treinamento, instalou-se como médico na pequena comunidade de Porto Franco, no Maranhão. A família e a noiva, no entanto, ficaram sem nenhuma ou muito pouca informação sobre seu destino. "A única coisa que ele nos disse é que iria a São Paulo fazer uma residência. Disse que eu não poderia ir junto, pois ele iria ganhar muito pouco e eu já estava com a minha carreira encaminhada na UFRGS", conta Carmen. Um ano depois da partida de Haas, seu Ildefonso insistia para que ela contasse onde o filho estava, mas somente o partido tinha essa informação.

A GUERRILHA

O jornalista Vasconcelo Quadros elaborou recentemente um documento relatando um pouco da história do guerrilheiro Juca. O que mais se pode perceber nos relatos de pessoas que o conheceram, antes ou depois de engajar-se na luta armada, é a generosidade e a dedicação do médico João Carlos. Segundo Quadros, a imagem do "doutor João Carlos" como profissional dedicado à população humilde, que não cobrava as consultas e que, sempre que podia, distribuía medicamentos gratuitamente, segue viva na memória dos moradores de Porto Franco.

João Amazonas, antigo presidente honorário do PC do B, falecido em 2003, e que conviveu com Haas durante os tempos da Guerrilha do Araguaia, relata: "Num certo dia, apareceu uma mulher que já estava dando à luz, estava parindo, e não podia ter a criança porque a

passagem estava bloqueada, sem meio de reverter. E aí o companheiro – com sua consciência de médico – disse: 'Aqui só tem um jeito, tem de tirar essa criança de qualquer forma. Se não a mãe morre. Mas como eu vou tirar a criança nestas condições?'. Só poderia tirá-la aos pedaços. Então, o João Haas, com uma gilete nas mãos, entre dois dedos, meteu a mão, com cuidado para não ferir a mulher, foi cortando o feto por dentro do útero, e pouco a pouco foi puxando e tirou a criança, que já estava morta, e salvou a vida da mãe. E nós, com tanto cuidado para que ninguém nos descobrisse, não conseguimos evitar que o povo o reconhecesse. Uma semana depois disso, fomos passando e vimos distante alguns camponeses que gritaram: 'Lá vai o médico!'. A admiração da população pelo Juca era muito grande. E merecida".

Companheiros de guerrilha contam

O que foi a Guerrilha do Araguaia?

É muito complicado definir o que foi a Guerrilha do Araguaia e o significado real que ela teve para a história política e social do Brasil. Dependendo da fonte, a versão é completamente diferente. Algo tão comum no jornalismo torna-se ainda mais complicado quando o fato ocorreu durante a ditadura militar. Anos de silêncio sobre este período da política brasileira acabaram distorcendo – ora diminuindo, ora aumentando – os efeitos do mais significativo movimento de resistência armada dos últimos 50 anos do país.

Do que se tem certeza é o número de guerrilheiros envolvidos – 69 militantes do PC do B e cerca de 17 camponeses – e a quantidade de investidas do Exército Brasileiro contra os combatentes, três no total.

O mais completo documento elaborado sobre a guerrilha é o Relatório Arroyo, escrito por Ângelo Arroyo, um dos comandantes das Forças Guerrilheiras do Araguaia e membro da Comissão Militar. Um tanto parcial, é verdade, porém mostra muitos detalhes e aponta os principais êxitos e erros da investida do Partido Comunista do Brasil.

Os objetivos da guerrilha, iniciada em 1968, eram claros. Primeiro, pretendia-se montar uma frente armada de resistência à ditadura militar instaurada no Brasil em 1964 e, então, provocar uma eclosão vinda do campo que instaurasse um governo comunista no país, usando como

exemplo a experiência chinesa.

Os idealizadores da guerrilha tinham bem definidas também as táticas a serem utilizadas. Primeiro, precisavam de um treinamento para os guerrilheiros. Alguns deles foram mandados à China, para participar de cursos de capacitação militar e política na Academia Militar de Pequim. Posteriormente, juntaram-se aos demais e iniciou-se o curso de preparação militar já na região da guerrilha. Foram ministradas aulas teóricas sobre a guerra popular, aulas práticas de sobrevivência na mata e treinamentos diários, que envolviam práticas de combate armado.

Foram preparadas três frentes de batalha: uma em Goiás, uma no Maranhão e outra no Araguaia. As duas primeiras não conseguiram manter-se, e restou a última, que possuía três destacamentos – A, B e C – atuando em diferentes municípios. Além do treinamento militar, a guerrilha procurou integrar-se à população local, compreendendo suas dificuldades e ajudando nos trabalhos rurais desenvolvidos na região. Daí surgiu o grande auxílio que os moradores do Araguaia deram aos guerrilheiros. Todos os dados apontam um apoio de aproximadamente 90% da população à luta armada do PC do B.

Os guerrilheiros tiveram quatro anos para se organizar na mata. Em 1972, o governo tomou conhecimento da existência do movimento e deu início às investidas. Os relatos

dão conta de que foram investidos aproximadamente dez mil homens, além de táticas norte-americanas para exterminar o foco de resistência no norte do país.

Apesar da grande desvantagem em número de combatentes, os guerrilheiros saíram vitoriosos dos dois confrontos iniciais. Algumas baixas foram registradas (entre elas, João Carlos Haas Sobrinho), mas o saldo foi positivo para a guerrilha. No entanto, em outubro de 1973, teve início a grande campanha do Exército. As forças militares tinham ordem para buscar e matar o inimigo. Foi o que ocorreu. O Exército preparou emboscadas, ameaçou famílias, espancou e torturou muitos camponeses. O saldo final, conhecido recentemente, foi de 59 guerrilheiros e 10 camponeses assassinados pelos militares.

Há 30 anos, os corpos foram escondidos, e não se falou sobre o ocorrido. Somente há alguns anos deu-se início às buscas pelas ossadas com o auxílio do governo brasileiro. Até agora, somente os restos mortais de Maria Lúcia Petit foram encontrados.

Ainda hoje, existe grande discussão sobre os fracassos e os êxitos do movimento. Muitos afirmam que, apesar de vencida militarmente, a guerrilha colaborou na conscientização de muitos camponeses que viviam à margem da sociedade.

– POR ANNA MARTHA SILVEIRA

que ele se envolveu muito com o estudo de ervas medicinais e com a pesquisa de doenças tropicais, muito comuns na região, como a malária e a leishmaniose. Além dos feitos como médico, auxiliando toda uma população pobre e esquecida pelo governo, Haas também teve reconhecida a sua capacidade militar. "João Carlos era disciplinado e atirava muito bem. Nas incursões pela mata, ia sempre na frente e nunca fraquejou, por mais difícil que fosse a situação. Na roça também pegava firme na enxada e no machado. Sempre dava o exemplo", afirmou Micheas Gomes de Almeida, o Zezinho, amigo e companheiro de armas de Haas no Araguaia, ao jornalista Vasconcelo Quadros.

"Ele é nosso herói. Era cientista, médico e guerreiro. Sacrificou a vida na luta pela liberdade", conta Zezinho. Ainda segundo o documento elaborado pelo jornalista, Juca ou Haas é um dos poucos casos de guerrilheiro que unia capacidade militar, inteligência política e um amplo trabalho de campo como médico.

Nos documentos que tratam da guerrilha, consta que João Carlos Haas Sobrinho ingressou nas Forças Guerrilheiras do Araguaia como o responsável pelo Serviço de Saúde do conjunto das forças. Neste momento, entrava em ação o guerrilheiro Juca, apontado como "terrorista" em cartazes espalhados pelas cidades vizinhas. Também era membro da Comissão Militar da guerrilha, ocupando a articulação entre os três grupos de combate do Araguaia, os destacamentos A, B e C. Segundo Quadros, nos relatórios produzidos por oficiais da 3ª Brigada de Infantaria, uma das forças que coordenou o extermínio dos guerrilheiros, existem inúmeras citações sobre Haas.

Uma delas afirma que ele exercia forte liderança entre os moradores pelo trabalho de assistência médica que executava. O mesmo relatório assegura que Haas tinha "grau de liderança" semelhante a Osvaldão e Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina, figuras mais conhecidas da Guerrilha do Araguaia.

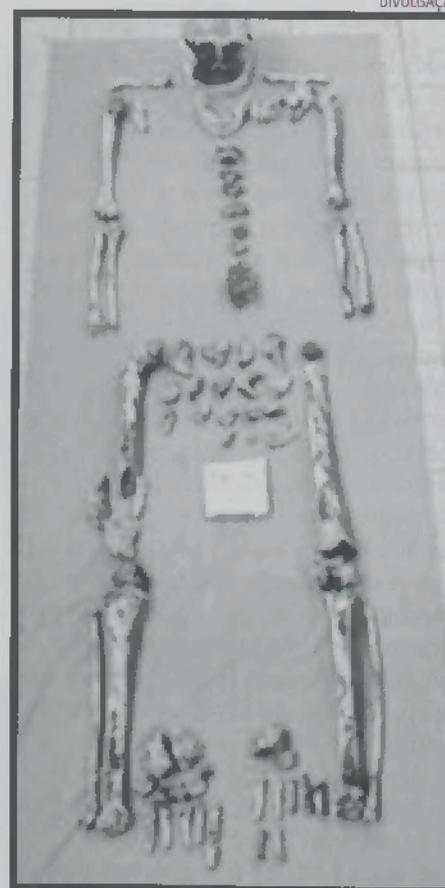
Pouco ainda se sabe da manobra militar realizada pelo Partido Comunista do Brasil como forma de resistência à ditadura, a Guerrilha do Araguaia. Pouco também se sabe de João Carlos Haas Sobrinho como o guerrilheiro Juca. A maioria das pessoas que conviveu com ele nessa época também foi morta pelos militares. Da sua morte sabe-se que aconteceu numa emboscada preparada pelo Exército Brasileiro e que foi metralhado. Trecho do Relatório Arroyo, um balanço da luta guerrilheira do Araguaia, escrito por Ângelo Arroyo, que lutou ao lado de Juca e dos demais guerrilheiros, descreve a morte de Haas: "Imediatamente ouviu-se uma rajada. Juca e Flávio caíram mortos. Raul foi ferido no braço, escapando juntamente com Walk. Gil ainda se aproximou de Juca, tentando reanimá-lo. Ocorreram novos disparos. Depois não se soube mais de Gil. Deve ter morrido. Raul e Walk, que não conheciam bem a região, vagaram durante dois meses pela mata até que se encontraram novamente com os companheiros do destacamento B". O relato que insistentemente é repetido quando se procura detalhes sobre a morte de Juca é o desfile fúnebre e a homenagem póstuma feitos pela população da região diante de seu corpo, exposto pelos militares.

Quando perguntada sobre a morte do irmão, Sônia, que ainda era uma criança na época, desabafa: "Nós, das novas ge-

rações, temos dificuldade de avaliar se foi uma causa justa. Aliás, ninguém teria facilidade para avaliar o que aconteceu. Eu costumo dizer que a gente não deve julgar quem fez a história. Deve-se conhecer e tentar resgatar a história. Julgar é difícil, porque nós não vivemos aquele momento, nós não conhecemos as circunstâncias. Mas, de qualquer forma, acho bonito o que ele sonhou". Carmen acha que o país perdeu muito com a morte de Haas. "Nós perdemos um grande homem, um grande médico, um grande político. A gente precisa olhar também pelo lado das perdas. Ele poderia ter feito muito mais", afirma. Enéas concorda: "A morte do Haas na guerrilha me deixou muito triste e revoltado. Porque uma pessoa como ele, com as características que tinha, certamente seria uma pessoa muito importante para o Brasil. Ele emocionava, pois era muito diferente da maior parte das figuras da nossa época. Ele sempre tentava uma aproximação, uma ligação com as pessoas, sempre procurava organizar a população".

As opiniões fecham, também, quando se pergunta sobre os ideais de Haas e a forma obstinada como ele os perseguiu. A integridade e a dedicação com as quais ele defendeu a idéia de um país livre, e a força com que lutou contra a ditadura e os militares são reconhecidos por todos os que conviveram com ele. A figura alegre, serena e envolvente de Haas é sempre lembrada. Traços de personalidade que surpreendem quando se pensa que um dedicado estudante de medicina se transformaria num dos maiores nomes da Guerrilha do Araguaia.

A jornalista Myrian Alves, que há muito tempo pesquisa a história do combate, é enfática: "Juca era o espírito da



DÚVIDA. Possível ossada de João Carlos Haas, encontrada em Xambioá, está sendo analisada em Buenos Aires

guerrilha. Foi, ao mesmo tempo, guerrilheiro, médico humanista, socialista e viveu plenamente integrado a população daquela região. Não tenho dúvida de que é uma das grandes biografias deste país". Se a morte de Haas foi ou não em vão, não temos como definir. Carmen Catarina, no entanto, resolve bem a questão: "Tudo o que ele fazia, fazia com intensidade. Ele viveu pouco, mas viveu intensamente. E isso é o principal".

SAIBA MAIS



FOTOS: REPRODUÇÃO/CORREIO BRAZILIENSE

Em 2003, o *Correio Braziliense* produziu uma série de reportagens sobre a Guerrilha do Araguaia. Na edição do dia 26 de agosto, o jornal publicou fotos do combate, registradas por um ex-militar que preferiu não se identificar. Na foto acima, à esquerda, estão dois guerrilheiros mortos. O militar afirma que o corpo da esquerda é o do médico João Carlos Haas, o Juca. Segundo o ex-soldado, a foto foi tirada em uma ilha do rio Araguaia, próximo a cidade de Araganã (TO). As imagens teriam sido feitas no dia da morte do guerrilheiro. As mãos de Juca aparecem amarradas por tiras de pano, recurso usado pelos militares para carregar os cadáveres pendurados em paus cortados na mata. Os corpos teriam sido transportados a pé pelos militares até a margem do rio e, depois, levados de barco para a ilha onde foram feitas as imagens. Na foto da direita, estariam corpos de militantes do PC do B debaixo de uma lona.



Trinta anos depois, ainda dói

Sônia Haas tinha apenas oito anos quando o irmão, João Carlos Haas Sobrinho, saiu de casa para estudar em São Paulo. O ano era 1966. Aos 25 anos, João Carlos estava formado em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul havia dois anos e disse à família que estava se preparando para um curso de especialização na capital paulista. A família nem suspeitou, mas Haas estava se juntando aos colegas do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e, seis anos mais tarde, estaria entre os guerrilheiros mortos na Guerrilha do Araguaia.

Mesmo tendo procurado por onde pôde, somente em 1979, com a abertura política, a família Haas, de São Leopoldo, ficou sabendo da existência da guerrilha e que seu filho tinha sido morto em combate no dia 30 de setembro de 1972. Desde então, a publicitária Sônia tenta montar o quebra-cabeça que se tornou a história do irmão.

Morando na Ilha de Itaparica, na Bahia, desde 2002, Sônia, hoje com 46 anos, aguarda confirmações de exames de DNA para enterrá-lo. Em entrevista ao 3x4, ela falou sobre a convivência com João Carlos, sobre os 24 anos de luta pela história do irmão e sobre as perspectivas de futuro.

— POR MIRELLA NASCIMENTO

Militância política

“Com 17 anos, o João Carlos foi morar em Porto Alegre, para cursar a faculdade de Medicina. Mas ele só foi embora mesmo depois que fez residência, no início de 1966, quando tinha 25 anos. Ele foi para São Paulo. Disse que ia fazer especializações. Depois, tomou os rumos que o partido definiu. Acho que ele chegou a fazer algum estágio, mas foi para lá pelo PC do B e logo seguiu os planejamentos definidos para ele. Ele era um estudante reconhecidamente inteligente, que acabou entrando no movimento estudantil e virou presidente do Centro Acadêmico da Medicina. Então, ele foi preso em 1964. Minha mãe e meu pai sabiam que ele participava do movimento estudantil, pois sempre teve perfil de líder. Eles pediram que ele não se envolvesse, mas ele dizia que não era possível, que precisava lutar. Ele saiu da prisão e conseguiu se formar no final de 1964, com a ajuda dos professores”.

Descoberta da guerrilha

“Foi só em 1979, com o início da abertura, que a gente ficou sabendo que teve uma guerrilha na região do Araguaia, que era do PC do B e que um Haas tinha participado. Tudo isso sete anos depois da morte dele. Nós não tínhamos contato com ninguém do partido durante essa época. Algumas famílias conheciam as pessoas, tinham contato, porque eram mais abertas a essas coisas de política, ou porque moravam perto de onde tudo acontecia. Não chegava nenhuma informação em São Leopoldo sobre o que estava acontecendo no resto do país. Os jornais de São Paulo e do Rio não chegavam até lá. Essas notícias saíam nos jornais de esquerda, que não eram distribuídos em qualquer lugar. Só em 1979, com o livro *Guerra de Guerrilhas no Brasil*, do jornalista Fernando Portela, é que veio a confirmação. Estava lá, com nome completo, biografia, etc. Antes disso, as últimas notícias que tínhamos do João eram através das cartas que ele mandava, mas a última chegou em julho de 1968. E a gente não tinha para onde escrever. Não tinha um endereço. As cartas vinham de outras cidades, outros países. O partido tinha esse esquema. Sem

notícias dele, cada um da família fez do jeito que pôde fazer, do jeito que soube fazer para ter alguma informação. A minha irmã mais velha, que estudava Filosofia na UFRGS, tinha uns contatos, mas ninguém falava. Até entre eles, do partido, havia os que não se conheciam. Em São Leopoldo, na época, existia um outro militante do PC do B que se chamava João e era amigo do meu irmão. Mas eles não sabiam do envolvimento um do outro com o partido. Um dia, no Rio, eles se encontraram e descobriram que eram colegas de militância. Quando a gente descobriu a guerrilha, começou a pesquisar para ver se tudo aquilo era verdade, se o livro era verdadeiro, se o combate tinha mesmo acontecido, essas coisas. Na época, o jornalista Antônio Hohlfeldt [atual vice-governador do Estado], que era meu professor, ao ser abordado sobre a guerrilha e a possível morte do João Carlos, disse ‘teu irmão não era do partido comunista, de certo ele era milico’. As pessoas não acreditavam que em São Leopoldo tinha alguém que era do partido. Uma prima nossa, que era muito amiga do João Carlos, foi num congresso do partido na Bahia. Lá, apresentaram documentos e relatórios da guerrilha e ela confirmou que era mesmo ele. Foi aí que a gente caiu nessa realidade horrível. Descobrir que o irmão que a gente esperava encontrar vivo, para abraçar, estava morto. Nós não poderíamos mais ter esse encontro”.

Primeira ida ao Araguaia

“Eu fui até a região pela primeira vez em 1987. Em 1980, houve uma caravana de familiares, organizada pela Comissão de Justiça e Paz e por um advogado das famílias de São Paulo. Foi um grupo grande que passou por várias cidades e falou com várias pessoas. Mas a nossa família não foi. A gente ainda estava muito chocado com aquilo. Meu pai ainda tinha muito receio de mexer nesse assunto. Quando eu comecei a me envolver, fiquei mais forte para ir em busca da história dele e resolvi fazer o mesmo trajeto. Peguei o mapeamento e o relatório da caravana e fui com uma prima que era amiga do João Carlos e com meu ex-marido. Falei com o

jornalista Laurentino Gomes, da revista *IstoÉ*, que tinha feito o mesmo trajeto e ele me deu umas dicas de apoio. Falamos com muitos camponeses e fomos até Xambioá, onde nos diziam que ele estava enterrado. Lá, encontramos uma senhora que disse ter visto ele sendo enterrado, a Dona Joaquina. Ela morava perto da delegacia e convivía com os policiais. Conhecia a figura do João, mas não era amiga. O povo da região gostava muito dele. Ficou uma coisa meio de mito. Mas isso aconteceu com todos eles, não só com o João Carlos. Eles se lembram do João como uma pessoa alegre, brincalhona, justiceira, que sempre queria fazer o que era correto, ensinar as coisas certas. Ele ensinava português, inglês... Conheci uma moça para quem ele dava aula. E ele dava também curso de técnicas agrícolas, meteorologia, geografia. Também jogava futebol com o pessoal da região, brincava com a ‘roda da noite’, que era uma brincadeira que faziam em noite de lua cheia, para aproveitar a claridade. Sempre participou e sempre foi muito querido por todos. Tem um monte de crianças com o nome de Juca, que era o apelido dele. É muito emocionante chegar lá e ouvir ‘eu quero conhecer a senhora, meu filho tem esse nome em homenagem ao seu irmão’. Fiz essa viagem até lá para conhecer o lugar, a região, entender a opção dele. E eu entendi. A viagem serviu como absorção da intenção dele. Eu compreendi o que ele desejava. Não iria ter paz se não fosse lá. Eu filmei, fotografei tudo. Depois voltei e discuti esse assunto com a família, choramos juntos. Foi uma espécie de catarse. Hoje eu posso te dizer que é uma forma de ir sepultando, velando a pessoa”.

Exumação do corpo

“Em 1987, a gente não imaginou que iria encontrar alguém que dissesse que tinha visto o João Carlos ser enterrado, passar o pé na terra e dizer ‘foi aqui’. Foi muito forte, pesadíssimo. Em 1991, quando fui a segunda vez para lá, já fui com uma comitiva, com a intenção de exumar o corpo. Como a mulher me indicou o lugar, eu tinha foto, relatório e o testemunho dela registrado em cartório. Na viagem, foi gente da Anistia Internacional, da Comissão de Justiça e Paz, advogados, peritos e um grupo grande de familiares. A gente foi lá para buscar a ossada. Acabamos trazendo uma ossada feminina, que julgamos ser de uma guerrilheira. Tinha meia de nylon, botas e coisas que não eram da região. Nós não achamos a ossada masculina compatível com a do João Carlos. Aquela era da guerrilheira Maria Lúcia Petit. Foi nossa grande conquista dessa viagem. Em 1991, o legista Badan Palhares achou três ossadas naquele cemitério. Uma era a da Lúcia. A segunda, suspeitava-se que era de um outro guerrilheiro e hoje acredita-se que é a do João Carlos. A terceira era de um homem que não era combatente, um bandido que havia sido linchado uns anos antes.

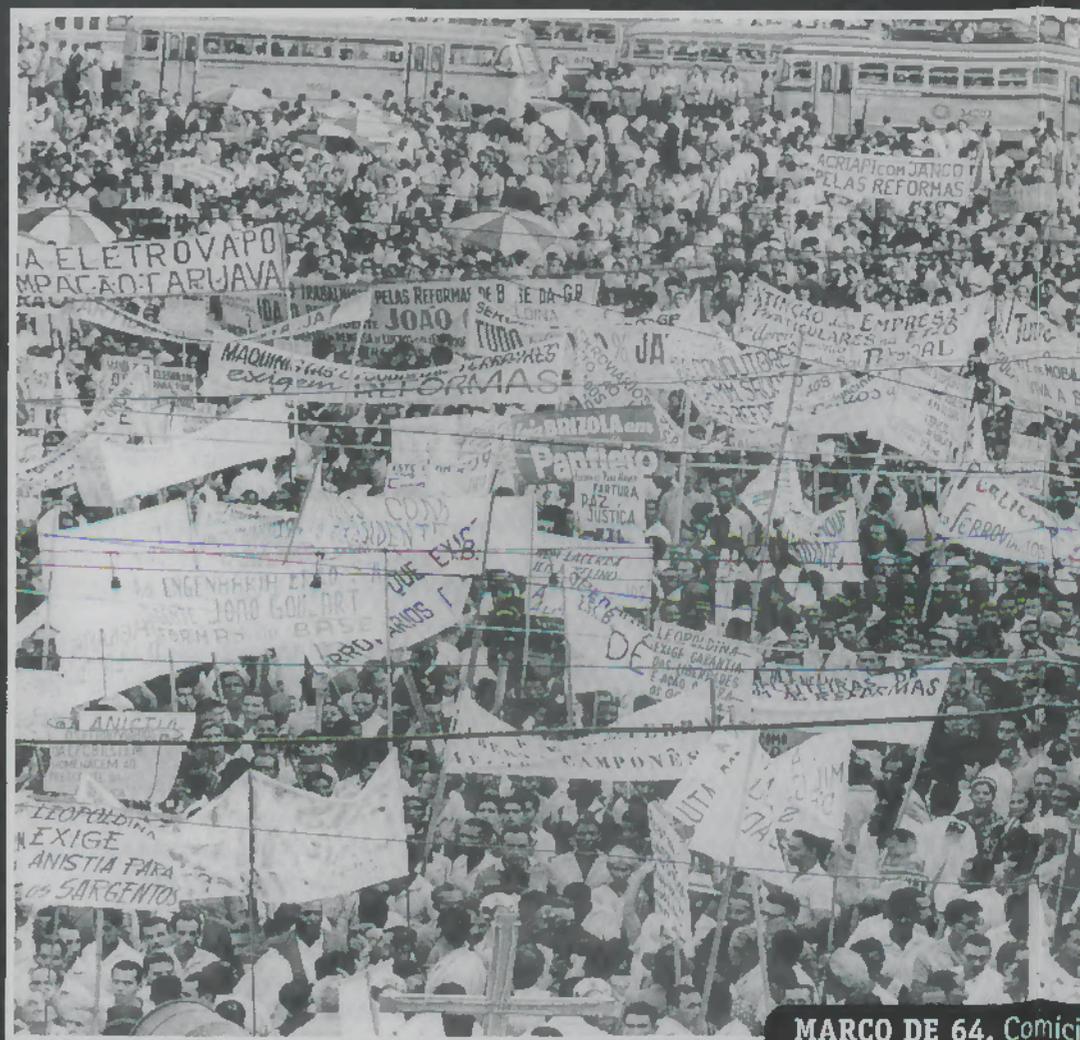
Na época, ele recolheu apenas a da Lúcia. A que seria do outro guerrilheiro ficou no cemitério, dentro de um saco. Houve o sepultamento dos restos mortais dela, juntamos forças e fomos em 1996 de novo. Desde vez, com o apoio da União e o trabalho do antropólogo forense Luis Fondebrider e sua equipe. Por insistência de outros familiares pegamos a ossada que seria do guerrilheiro e levamos para Brasília. Ela está na Argentina desde dezembro do ano passado para passar por exames de DNA. O Nilmário [ministro Nilmário Miranda, da Secretaria de Direitos Humanos, um dos membros da comissão interministerial] decidiu mandá-la para Buenos Aires, depois de anos sem resultados em Brasília. Ela está no Instituto de Antropologia Forense da Argentina, dentro da Universidade de Buenos Aires [está sendo analisada por uma equipe chefiada pela perita forense Andrea Corach, especialista em identificação humana em condições precárias]. Eles tinham um prazo que era até a metade de março, mas não conseguiram cumprir. Eles tinham amostra de sangue meu, da minha irmã Tânia e da minha mãe, mas não conseguiram resultados suficientes e agora pediram sangue de homens da família. Já mandei de um irmão que mora em Londres e vou mandar de um irmão de São Leopoldo. Pela história, pelos depoimentos, pelas características físicas, medidas de ossos, eu acredito que possa ser o João Carlos. Os ossos são longos e o João era alto. Ele tinha um tiro na perna esquerda e essa ossada tem uma lesão no osso da perna esquerda. E ela estava no primeiro lugar que a Dona Joaquina nos indicou. Muitas coisas fecham. Mas lá é um local onde têm muitas pessoas de várias épocas enterradas. Não dá para ter certeza de que é ele”.

Livro

“A ideia de publicar um livro existe desde o começo, quando me dei conta da importância da vida dele. Quando comecei a procurar pelo João Carlos, depois de passada a preocupação de eu ser presa, meu pai falou para eu escrever sobre ele, para que as pessoas soubessem quem foi o João. Achei a ideia boa, então fui guardando o material. Só que o assunto é delicado, dói um pouco, aí eu guardo as coisas na gaveta. Eu trabalhei muito nos últimos 12 anos e muita coisa ficou guardada. Quando eu saí de São Leopoldo, parei um pouco de mexer nisso. No último ano, comecei a me dedicar novamente. Eu tenho uma jornalista me ajudando [a gaúcha Ana Cristina Flor]. Eu estou escrevendo sobre as vivências que eu tive com ele, com depoimentos das pessoas que o conheceram, cartas que eu escrevi, cartas que recebi, discursos que fiz, fotos e outras coisas. Eu tenho umas ideias diferentes, mas ainda preciso de um editor para me ajudar a finalizar o projeto”.

IMAGENS DA HISTÓRIA

Alguns fatos e personagens que marcaram os anos de chumbo



MARÇO DE 64. Comício



MARÇO DE 64. João Goulart no Automóvel Club na véspera de ser deposto



OUTUBRO DE 68. Congresso da UNE em Ibiúna termina com 720 presos



ABRIL DE 68. Conflito entre estudantes e policiais nas ruas do Rio de Janeiro

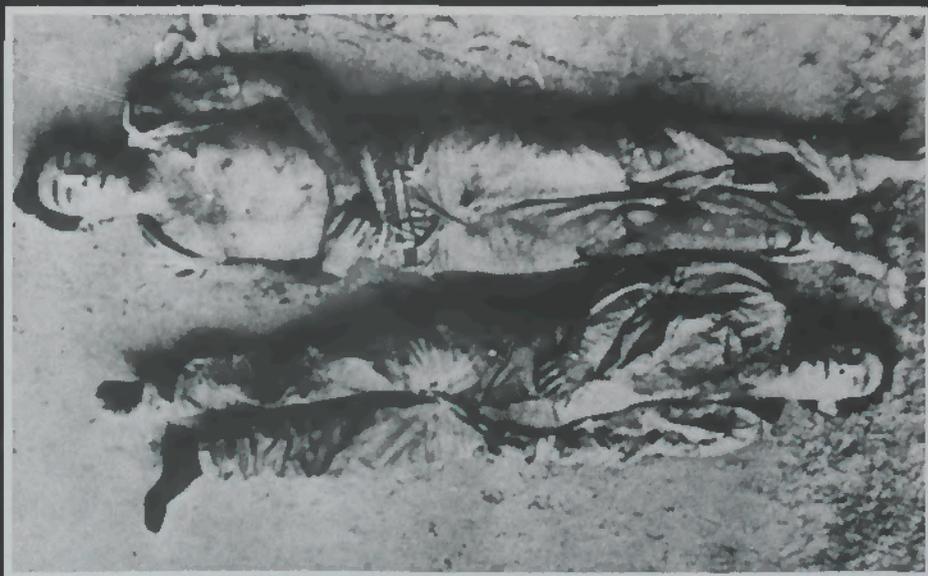
FOTOS: REPRODUÇÃO



Comício das reformas na Central do Brasil



ABRIL DE 68. Manifestação estudantil no Rio de Janeiro é reprimida pela polícia



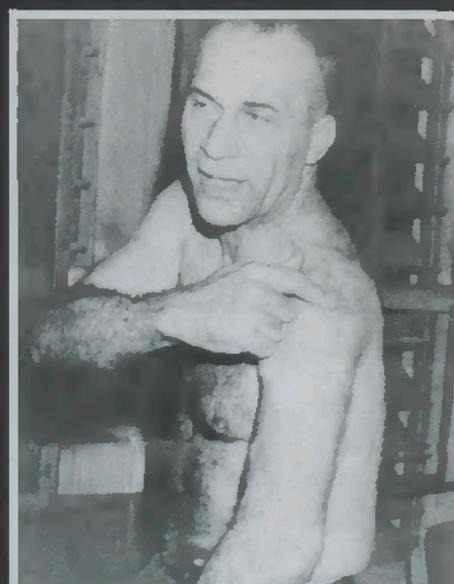
SETEMBRO DE 71. Carlos Lamarca e Zequinha são executados na Bahia



SETEMBRO DE 69. Presos-políticos trocados pelo cônsul Charles Elbrick



o de Janeiro resulta na morte do estudante Edson Luís Lima Souto, de 17 anos



AGOSTO DE 64. Carlos Marighella

FONTE

Fotos extraídas dos livros *Arquivo em Imagens - Série Última Hora*, números um e quatro; e *PCB, 1922/1982 - Memória Fotográfica* (Editora Brasiliense)



Retrato histórico

Fotógrafo premiado, Antônio Vargas
acompanhou as manifestações
estudantis em Porto Alegre

E possível que uma imagem não valha mais do que mil palavras. Também é aceitável que, por seus ângulos e cortes, não registre a realidade de maneira completa. É inegável, porém, que seu conteúdo seja um importante registro histórico para a posteridade. Ainda mais quando o objeto em questão é a atrocidade de uma ditadura. “Naquele tempo, a gente fazia história e não tinha muita consciência disso”, analisa o fotógrafo Antônio Vargas, cujas lentes captaram cenas marcantes do abuso de força por parte da polícia entre as décadas de 60 e 80.

Um exemplo é a seqüência de fotos “A Pátria” [reproduzida nesta página], de 1977, em que homens da Brigada Militar impedem uma moça de erguer a bandeira nacional em uma rua tomada de gás lacrimogêneo. O trabalho lhe rendeu o primeiro Prêmio Pás de Fotojornalismo. Um dia antes, havia recebido o Esso por “Cavalaria”.

Segundo Vargas, muitas fotos acabavam saindo por sorte, porque o fotógrafo estava no lugar certo, na hora certa. “O importante era saber olhar o material e escolher os melhores negativos”.

Esses conflitos com a polícia, na década de 70, eram a pauta do dia. Uma dupla de repórter e fotógrafo sempre era escalada para cobrir as manifestações estudantis. Posicionavam-se ao redor deles e ficavam aguardando os militares agirem. Quando o tumulto começava, a função era correr atrás e retratar as cenas mais chocantes. Todos queriam vol-

tar para o jornal com a foto de capa. Vargas lembra que eram dias de batimentos cardíacos acelerados. “Eu já peguei a época do [Ernesto] Geisel. No início, era meio pesado. Eles batiam e tal, mas não chegavam a atacar a imprensa diretamente. Eles partiam mesmo era pra cima dos estudantes. Era bonito, era emocionante tu veres aquela gurizada encarando a polícia”, conta Vargas.

Mesmo que os alvos principais das agressões militares não fossem os jornalistas e os fotógrafos, estes sofriam com a censura. Era muito comum a polícia tentar recolher os negativos para impedir a publicação no dia seguinte. Nessas horas, a saída era usar a malandragem. Sempre que tinha uma foto que considerava importante, Vargas rebobinava o filme, o escondia ou o passava para alguém e colocava outro na câmera. “Quando o policial abria a máquina, dizendo ‘me dá aqui’, estragava, mas já não tinha nada. O repórter também dava essa cobertura. Às vezes era ele quem fugia com o negativo no bolso”, diz Vargas, que se vangloria por nunca ter perdido um material de peso.

Seria maravilhoso se todos tivessem tido a mesma sorte ou competência. Mas esse é um dos poucos casos de êxito total. Muitas das fotos que foram produzidas naquela época não chegaram ao grande público. Algumas das lacunas que permanecem da nossa história recente foram abertas ali, junto com as câmeras.

— COLABOROU MARIA KARINA FERRARETTO



PRÊMIO. Publicada em 1977 no jornal *O Estado de S. Paulo*, a seqüência “A Pátria” deu a Antônio Vargas o Pás de Fotojornalismo

FOTOS: ANTÔNIO VARGAS



MANIFESTAÇÃO. Estudantes protestam contra José Carlos Azevedo, reitor da UNB, (canto superior, à direita), enquanto os soldados se preparam para enfrentar a multidão (esquerda). O confronto é inevitável (acima)



CONCENTRAÇÃO. Faculdade de Filosofia era um dos pontos de partida para as manifestações



CONTRASTE. Enquanto o cartaz convoca para um ato em defesa da UNE e do movimento estudantil, as crianças posam, alheias, para a câmera

Quando éramos JOVENS

Enéas de Souza, filósofo, economista e crítico de cinema, relembra sua juventude na época da ditadura e fala sobre as opções que tinham os jovens, as formas de resistência, os movimentos culturais e outros aspectos que foram marcantes para essa geração

POR DAIANE MENEZES

“Nós nos sentimos em Porto Alegre como nos sentiríamos em Paris.” Quantos, daqueles que nasceram depois da década de 1950, poderiam imaginar que esta frase se refere a Porto Alegre dos anos de 1960? É sobre esta cidade, pré e pós-64, que Enéas de Souza fala nesta entrevista. Sobre suas opções culturais e políticas. Sobre os movimentos que conseguiram continuar e os que foram sufocados depois do golpe. Sobre as expectativas de sua geração que foram aniquiladas.

Enéas foi integrante da Federação dos Estudantes da UFRGS na década de 1960, quando já fazia crítica de cinema na Revista do Globo e em jornais do Estado, época em que os meios de comunicação tinham uma política cultural. Apaixonado por cinema, diz que sua geração se tornou contemporânea ao mundo através dele e conta quais eram os diretores e estilos de filme que foram referência para eles. Enfim, de forma serena, reconstrói o ambiente em que tudo aconteceu e ajuda os que vieram depois a entender a situação e as possibilidades da época.

3x4 – Qual era a situação da juventude antes do golpe militar de 1964?

Enéas de Souza – Existia um grande movimento nacional, do qual os estudantes faziam parte, de reformulação da realidade brasileira. Reformulação das estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais. Se lutava intensamente por isso, a gente se jogava furiosamente nessa realidade e acreditava que as coisas efetivamente poderiam mudar. O clima era de grande ebulição na universidade, de grande ebulição nacional. Nós tínhamos saído da Campanha da Legalidade [movimento iniciado no RS pelo então governador Leonel Brizola que garantiu a posse de João Goulart quando da renúncia do presidente Jânio Quadros], e os grupos aumentavam cada vez mais sua participação na realidade. Na minha geração, as grandes questões para os jovens que não queriam ser conformistas eram: entrar ou não no Partido Comunista? Se não en-

trar, fazer o quê? Havia posições independentes, que estariam permanentemente se aliando ao Partidão ou a outros grupos de esquerda, mas sem ter uma definição clara. E tinham outros grupos de esquerda que começaram a se construir em oposição à realidade brasileira.

3x4 – Que papel tinha a Universidade nesse contexto?

Enéas – Eu não sei como é hoje, mas naquela época, a saída do colégio para a faculdade era uma mudança absolutamente fantástica. Como ainda não existia pós-graduação, entrar na graduação tinha quase o sentido de um doutorado, porque era o máximo que se podia aprender. Ao mesmo tempo, não se entrava tão cedo na universidade. Hoje se entra com 16, 17 anos. Naquela época, os mais jovens entravam com 18 ou 19 anos. A quantidade de gente que tinha 21, 22 anos era muito grande. A universidade



DAIANE MENEZES

ENÉAS. “A gente acreditava que as coisas efetivamente poderiam mudar”

era uma passagem muito radical em termos de liberdade, de conhecimento, de entrada na realidade política.

3x4 – E como ela ficou depois do golpe?

Enéas – O caso do Rio Grande do Sul foi dramático. Quando aconteceu o golpe de 64, a primeira coisa que fizeram foi começar a amputar as pernas das pessoas. Por exemplo, nós todos gostaríamos de ter sido professores universitários, não por ser professor universitário, mas por ser professor universitário naquilo que a gente gostava. A gente tinha idéia de, como professores, ser um centro irradiador de criação, de ter uma relação muito próxima com os alunos, de fazer os alunos crescerem, mudarem suas vidas, pensarem diferente. Na Universidade daqui, raspam tudo, liquidaram mesmo, inclusive com a geração que veio depois. Outro dia eu estava falando com o Giannotti [José Arthur Giannotti, filósofo e professor da USP] e ele me disse que lá eles foram cassados, mas que havia um segundo time que ficou e a universidade não baixou o seu nível. Aqui nós nem tínhamos começado a dar aula. Nos pegou no final da faculdade ou recém formados, só um ou outro sendo convidado para lecionar. O Ruy Carlos Ostermann foi convidado, o Dante Coutinho [professor do Instituto de Psicologia da UFRGS] também. Até o Fiori [José Luis Fiori, cientista político e professor da UFRJ], que era uma pessoa conservadora antes de 64, e que depois se transformou nessa figura maravilhosa, foi cassado. Não sobrou nada.

3x4 – E como era a imprensa daquela época?

Enéas – Os jornais não eram como hoje, eles tinham uma política cultural.

A gente escrevia muito, escrevia no *Correio do Povo*, que era o grande jornal da época, e escrevia na *Folha da Tarde*. Eu fui crítico de cinema da *Revista do Globo*. Acho que a grande dificuldade de hoje, além da falta de uma política cultural do Estado, que naquela época existia mesmo sendo um Estado conservador, é a falta de uma política cultural dos jornais. Hoje, dos nossos cinco jornais, pelos menos três são anticulturais. Eu costumo dizer que a minha geração se tornou contemporânea do mundo via cinema. O cinema era a atividade central de tudo, ninguém deixava de ir ao cinema. Como os jornais tinham política cultural, os filmes bons eram valorizados. Hoje, as promoções são para *Senhor dos Anéis*, para *Tróia*. Filmes como *Dogville* e *Encontros e Desencontros*, por exemplo, não são promovidos. Naquela época isso jamais aconteceria.

3x4 – Quais eram as opções de resistência da juventude?

Enéas – As opções da época eram estas: assimilar; tentar um caminho solitário e crítico, mas muito recuado; tentar lutar dentro das instituições em que eventualmente tu participavas; tentar entrar na política oficial, cuja margem era mínima; ou, ainda, entrar para as chamadas organizações subversivas. Às vezes, a ida para a subversão era uma questão progressiva, de circunstâncias. Por exemplo, tu davas uma conferência, alguém te entregava no Dops e eles começavam a te pressionar. Algumas pessoas foram lentamente apertadas pelas forças repressoras da época e acabaram se radicalizando cada vez mais.

3x4 – Qual foi a tua opção de resistência?

Enéas – Nossa opção foi sair para um

cursinho pré-vestibular, e havia grandes méritos nisso porque nós ajudamos a mudar a forma de ensino. Na época, a forma de ensino era toda magistral, não havia perguntas, não havia diálogo. No nosso caso, tentávamos dialogar com os alunos, criamos um ambiente parecido com o que ainda hoje existe nos cursinhos. Também preparávamos cursos extras, o que na época era uma novidade. Fizemos cursos sobre tragédia grega, sobre economia gaúcha, fizemos um festival de cinema expressionista alemão... Foram as alternativas que nós encontramos. No meu caso, que já era professor, fui diretor do Instituto Pré-Vestibular, o IPV, e mesmo lá, sofremos muitas pressões. Nós tínhamos nas aulas diversos alunos que eram informantes do Dops e sofriamos pressão para dar informações sobre determinadas pessoas. Se isso aconteceu conosco, que tínhamos uma atividade institucional definida, imagina com o resto? Eu participei também de uma revista de cinema. Era crítico, como continuo sendo até hoje. Depois disso fiz economia porque todas as questões que estávamos vivendo estavam relacionadas com a economia: o domínio do capital estrangeiro, a realidade brasileira que não dava um nível de vida razoável para a população, a miséria, essas coisas que hoje também existem, mas que naquela época para nós eram questões muito candentes.

3x4 – Ainda no âmbito da resistência cultural, o senhor fez parte do Clube de Cinema. Como ele funcionava?

Enéas – O Clube de Cinema não fechou depois da Redentora, mas teve que mudar muito. Só se sustentou porque a pessoa que o dirigia era extremamente hábil e inteligente, o Gastal [Paulo

Fontoura Gastal, fundador do Clube de Cinema de Porto Alegre], que era jornalista e já sabia há muito tempo disso. Sobre o Clube de Cinema tem um livro da Fatimariei Lunardelli [jornalista e professora da Fabico] chamado *Quando Éramos Jovens*, que conta um pouco dessa história. Na verdade, as pessoas que compunham o Clube de Cinema não eram homogêneas. A nossa geração introduziu coisas novas e isso gerou muitas brigas com os mais velhos. O pessoal da velha geração gostava muito do cinema europeu e do cinema japonês, e nós introduzimos um gosto pelo cinema americano. O que gerava grandes complicações porque a gente era de esquerda e gostava de filme americano, algo meio complexo. Na verdade, a minha geração foi formada, quando criança, pela vertente cinematográfica americana, que tinha o faroeste, filmes *noir*, aqueles filmes de gangster, o musical e a comédia americana. E também pela vertente cinematográfica brasileira, que tinha a chanchada. Nós vimos muito Oscarito, Grande Otelo, Procópio Ferreira, Eliana e Anselmo Duarte. Então, entramos no confronto de gerações por causa do cinema americano, porque começamos a valorizar o John Ford, que eles até gostavam, o Howard Hawks, que eles não gostavam, e o Hall Washington, que gostavam menos ainda. E porque introduzimos a *Nouvelle Vague*, o que para eles foi um horror. O cinema que os mais velhos estavam acostumados a ver era um cinema de estúdio, de câmera bem enquadrada, de gênero determinado. Na nossa geração, como os diretores não tinham dinheiro, faziam cinema com a câmera na mão, como se faz hoje. O Godard fazia muito isso. Era um cinema de improvisação, de atores jovens, um

cinema “desdramático”. Quer dizer, a história não tinha muita importância, se contava qualquer coisa.

3x4 – E o cinema brasileiro?

Enéas – O cinema brasileiro, que deveria ser o ponto de acordo, era o ponto de discórdia. A nossa geração era meio contra o jeito que o cinema brasileiro era feito por causa da visão americana. Nós tínhamos críticas aos filmes do Glauber Rocha, do Joaquim Pedro, do Paulo César Sarrafena, do Cacá Diegues. E a geração mais antiga defendia por uma questão nacionalista. Tinha um cineasta que nós todos gostávamos, o Néelson Pereira dos Santos, que tinha feito *Vidas Secas* e *Rio 40°*. Mas a nossa geração era muito contrária ao Glauber. Hoje eu acho que foi um equívoco. Mas isso porque nós aqui do Sul somos muito europeus, e o Glauber era um baiano. Se eu tivesse a visão que eu tenho hoje do Brasil eu acharia, e acho, o Glauber um cineasta genial. Mas na época eu achava um grande falsário. A linha que a gente gostava era a linha do Walter Hugo Cury e um filme do Roberto Farias, que eu acho até hoje muito importante, chamado *Assalto ao Trem Pagador*, que fazia o jogo favela/cidade dos ricos. Então havia uma diferença grande, mas todos nós, no fundo, tínhamos uma posição de resistência cultural. Nós debatíamos muito. Os mais velhos reivindicavam o cinema europeu, um cinema participativo, mais engajado, um cinema, sobretudo, de idéias.

3x4 – Além do Clube de Cinema, havia outros movimentos culturais em Porto Alegre?

Enéas – A Faculdade de Filosofia foi um centro fundamental naquela época, ela que irradiou muito desses movimentos. Claro que existiam outros centros além da Filosofia e do Clube de Cinema: tinha o Teatro de Equipe, o grupo de poetas Quixote, grupos de artes plásticas como o Bode Preto. O teatro era um centro de ebulição fantástico, tanto por trazer autores novos – Samuel Becket, por exemplo – como por fazer peças engajadas e pela tentativa de profissionalização. Recentemente saiu um livro sobre o Teatro de Equipe [Trem de Volta, Libretos Editora], que era um gru-

po engajado e contava com o Mario de Almeida, o Paulo César Peréio, o Paulo José, a Ivette Brandalise, a Marlene Ruperti e o Armando Ferreira Filho. Naqueles anos, foi criado o curso de Artes Dramáticas na UFRGS por um homem chamado Rugero Jacob, um importante encenador italiano, que veio para Porto Alegre e gerou uma grande transformação cultural na Universidade. Além dis-

“ Nós éramos profetas desarmados contra uma sociedade extremamente reacionária e militarizada ”

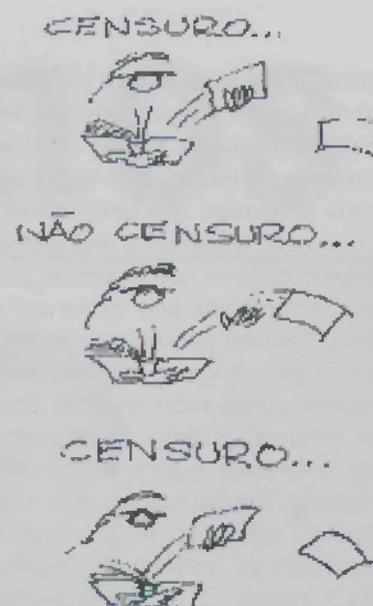
so, foi criado um curso de formação de espectadores, que era um curso mais de história e crítica de teatro. Porto Alegre tinha uma camada de intelectuais e artistas que gestaram uma grande resistência cultural, criando novidades e recuperando o melhor da tradição.

3x4 – Existiu algum autor que tenha servido de inspiração para esses movimentos?

Enéas – A figura marcante, na época, na filosofia, foi o Gerd Bornheim, um filósofo que recentemente faleceu. O Gerd foi o cara que representou toda essa grande ambição de cultura que tinham os jovens e, quando veio da Europa, trouxe filósofos engajados com as questões contemporâneas como o Sartre, o Camus, o Heidegger etc. Trouxe a ligação da filosofia com as artes, pois os filósofos daqui achavam que não tinham nada que ver com as artes. Esse era o clima. A resistência cultural não era de um grupo, era de todos. Era um momento de grande ebulição. Mesmo depois do golpe eu escrevi um livro – *As trajetórias do Cinema Moderno* – que, quando foi reeditado, dez anos depois, em 1974, o parecerista não só apoiou a reedição do livro, mas disse uma coisa que me marcou e acho que marca a questão de Porto Alegre: “Nós nos sentimos em Porto Alegre como nos sentiríamos em Paris”. Eu, por exemplo, jamais dei uma palestra que tivesse menos de 50 pessoas. Hoje uma palestra com 50 pessoas é um sucesso! Nós fazíamos debate com 300 pessoas. Imagina que naquela época até o Fernando Henrique era de esquerda! Nós fizemos vários estudos sobre *O Capital* [de Karl Marx]. Eu fiz dois, pelo menos, porque era uma forma de pensar um pouco a realidade brasileira. Quer dizer, a resistência estava por toda a parte. Só que nós éramos profetas desarmados, contra aquele tipo de sociedade, extremamente reacionária e militarizada, que era a sociedade aqui do Rio Grande do Sul. Não havia possibilidades.



TEATRO DE EQUIPE. Enéas de Souza, no centro, ao fundo. Da esq. para dir.: Nilda Maria, Rui Spohr, Mario de Almeida, Milton Mattos, Jorge de Andrade e Ivette Brandalise



LUIS FERNANDO VERISSIMO. Em 71, sua casa se transformou na redação do jornal *Pato Macho*, que publicava, além de textos, muitas charges e cartuns

O poder do humor

Enquanto vigorou a censura, a charge tornou-se a linguagem mais adequada para a popularização do debate sobre a política e o comportamento

Diferente da hiena, o homem é um animal que ri (tirante as cócegas) por um processo intelectual de analogia ou discrepância com a situação apresentada." A frase, do jornalista Tárk de Souza, foi retirada do livro *Como se faz humor político* (Editora Vozes), do cartunista brasileiro Henfil. Na obra, o autor afirma que toda a forma de humorismo é político, porque todos nós somos entes politizados, mesmo quando

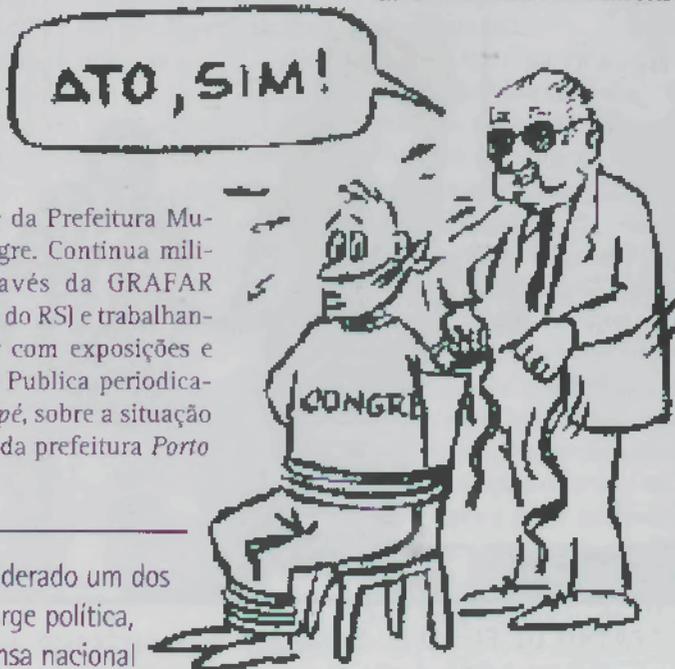
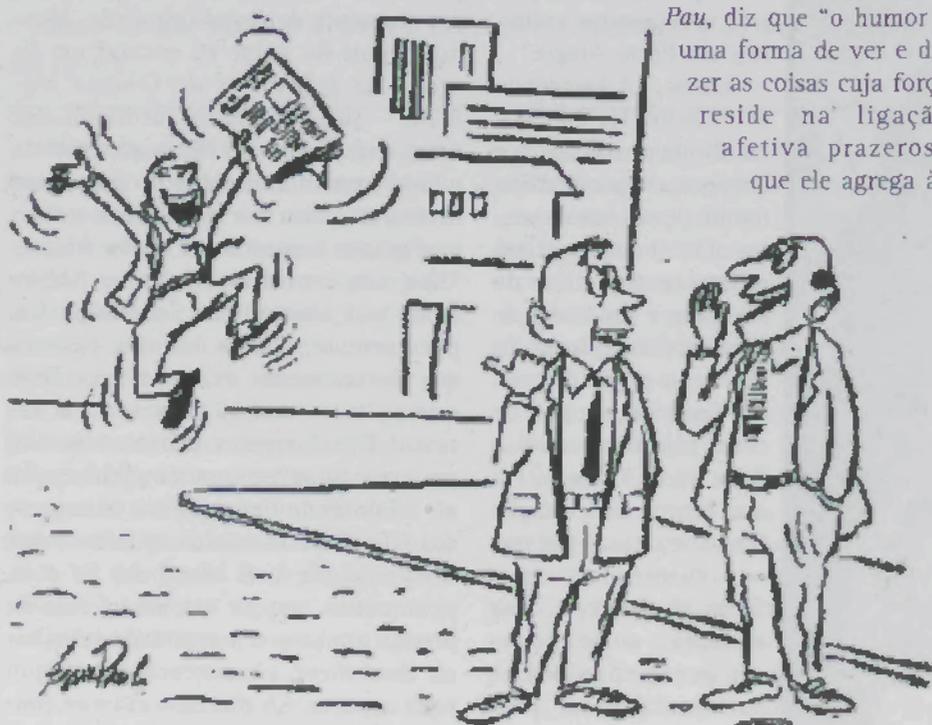
não queremos ou não temos consciência disso.

O humor pode ser utilizado como forma de preconceito e alienação quando se ridicularizam negros, pobres, pessoas que lutam por mudanças, por exemplo, mas também pode ser uma arma de povos que lutam pela liberdade e desafiam o poder e as elites.

O chargista gaúcho Edgar Vasques, que recentemente foi curador da exposição sobre o humorismo gráfico feito na época da repressão *Humor a Dar com Pau*, diz que "o humor é uma forma de ver e dizer as coisas cuja força reside na ligação afetiva prazerosa que ele agrega às

informações. Qualquer informação ligada a uma emoção é mais fácil e profundamente registrada do que a mesma informação transmitida de forma fria e técnica. Mas essa emoção agregada (à informação) pode ser tanto dramática (piedade, saudade, família, dor de amor etc.) quanto prazerosa (riso, festa, gozação etc.). As duas são registradas com força emocional. Mas a prazerosa (a do humor) é lembrada com mais facilidade porque dá prazer. Tudo que é dito com humor bate e fica". Vasques começou a trabalhar com charges profissionalmente no *Jornal da Manhã* de Porto Alegre, em 1970. Atuou nos veículos *Folha da Manhã*, *O Pasquim*, *Coojornal*, *Playboy*, *Gazeta Esportiva*, entre outros. Também fez colaborações para *O Estado de S. Paulo*, *Correio do Povo*, *Veja*, *O Estado do Paraná*, *Charlie Mensuel* (Paris), etc. Atualmente é um dos diretores de arte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Continua militando na área através da GRAFAR (Grafistas Associados do RS) e trabalhando como free-lancer com exposições e ilustrações de livros. Publica periodicamente a tira *Olé e Repé*, sobre a situação da capital, no jornal da prefeitura *Porto Alegre Agora*.

Na época da ditadura, fazia-se um humor inteligente e popular, até porque rir das minorias representava um apoio aos militares. A charge foi uma grande arma porque, diferentemente do cartum, utiliza o desenho ligando-o a um fato atual: político, cultural e/ou social. Para entender a sua graça é necessário contextualizá-la historicamente. A sua linguagem é subjetiva, ao contrário do suposto objetivismo do jornalismo, e trabalha com leituras diferentes, principalmente o duplo-sentido. Por ser mais difícil de censurar, tornou-se extremamente útil em épocas de repressão. Assim, durante a ditadura, o humor (tanto de texto quanto gráfico) fez o papel do jornalismo, dizendo (à sua maneira) o que estava ocorrendo. Os humoristas



— "Não compreendo a razão daquela alegria toda. Será que o nome dele está na nova lista de Ministros?"
 — "Nada disso! É porque não está na nova lista dos presos!"

SAMPAULO. Considerado um dos precursores da charge política, fez escola na imprensa nacional



CANINI. Da geração dos 60, ainda hoje é considerado um dos melhores traços do humor nacional

soberam utilizar como ninguém a sutileza para que o protesto passasse despercebido por alguns ou só fosse percebido no dia posterior, depois de publicado. Quanto mais os militares reforçavam a censura e o autoritarismo, mais os cartunistas reagiam com a crítica e o deboche. Por essa razão, a charge e o humor de uma forma geral feito nesse intervalo de tempo foi tão rico e conquistou definitivamente um novo "status" na mídia. Esse movimento subversivo ocorreu em toda a América Latina e foi essencial na formação e interpretação crítica dos fatos que marcaram nossa história durante o período.

O Rio Grande do Sul não ficou de fora e teve grandes representantes, que não fugiram do compromisso e tampouco foram poupados pela censura: Luis Fernando Verissimo, Schoreder, Bier, Iotti, Frantz, Fetter, Santiago, Canini, Juska, Lancast, Ronaldo e Aníbal Bendati, Edgar Vasques, entre outros.

Vasques narra dois episódios em que teve problemas com a repressão. Em 1973, foi condenado a pagar multa por "desrespeito aos símbolos nacionais" em função de uma charge publicada na *Folha da Manhã*. Novamente em 1974, ele e Jaguar (que era o editor do *Pasquim* na época) tiveram que responder a um inquérito aberto por causa de uma tira do personagem Rango publicada na revista, cuja edição foi retirada de todas as bancas do Brasil em função do episódio. Em 1977, o processo foi arquivado porque a justiça alegou que o crime não procedia.

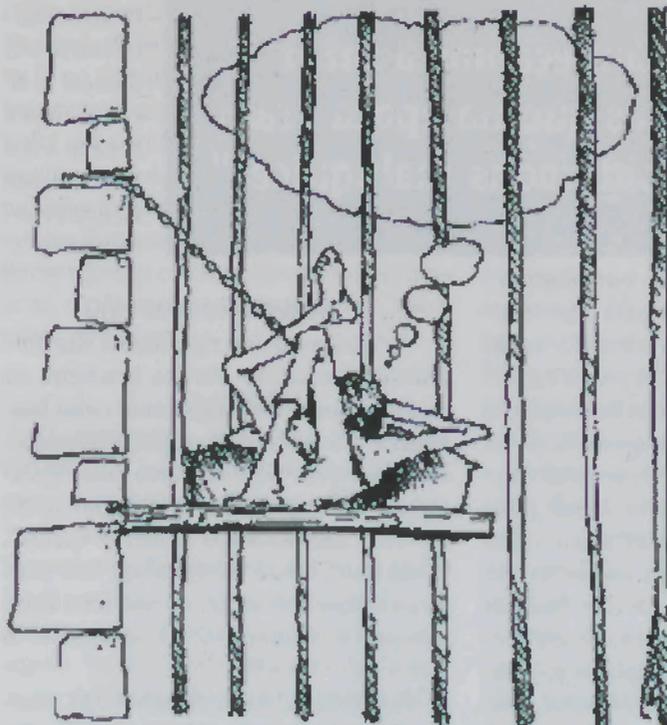
Segundo Edgar Vasques, o quadro atual do humorismo é bem diferente, apesar de vivermos em uma democracia. Ele acredita que existe um paradoxo: a liberdade é muito maior, mas há um cerceamento da possibilidade crítica do humor. Na grande imprensa vigora uma espécie de "censura branca", um "pensamento único" que a mídia criou. O que se sucede então é que, apesar de teoricamente poder-se expressar tudo o que pensa, existe um grande consenso de que não há o que dizer fora do modelo político e social da economia de mercado. Além

disso, depois que os donos dos meios de comunicação perceberam a influência que a charge exerce sobre a sociedade, passaram a interferir e vigiar o trabalho feito para não comprometer os interesses da empresa.

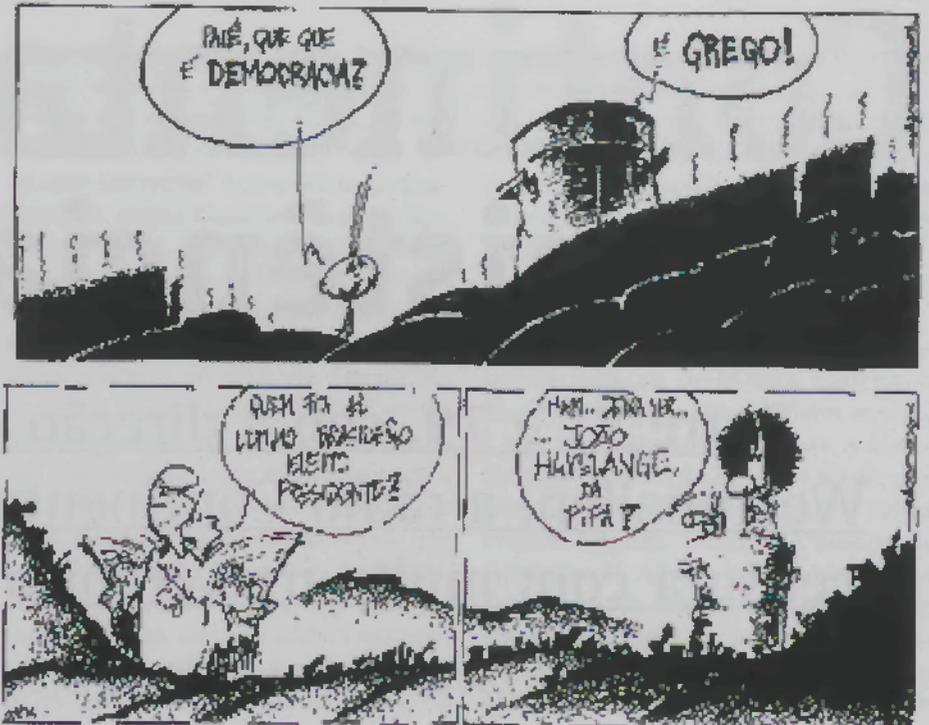
No Estado, a situação não é diferente. Existe uma forte concentração das verbas de publicidade em uma única empresa, a RBS, o que prejudica muito o debate e o embate entre humoristas. Recentemente, o *Jornal do Comércio* passou a investir mais na área, revezando durante a semana com o trabalho de Santiago, Moa e Kayser.

Os anos da ditadura foram os mais ricos do humorismo político, por ser um humor libertador que conseguia desgastar seus inimigos, sem deixar brechas para contra-ataques. Os profissionais da área tiveram a coragem de fazer piada contra o poder vigente e repressor, auxiliando na luta pela mudança e contra o continuísmo. Isso é humor. Isso é política.

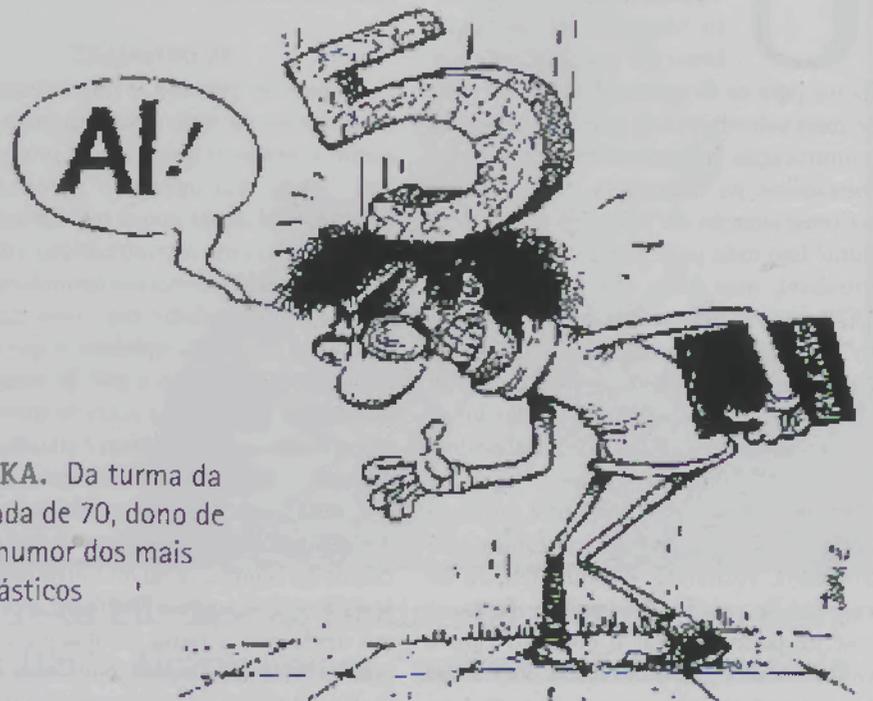
— POR MARIANA PIVATTO



SCHUCH. Linguagem sintética e popular



EDGAR VASQUES. Criador de Rango, o faminto mais lúcido do Brasil



JUSKA. Da turma da década de 70, dono de um humor dos mais sarcásticos



BIER. Cartunista premiado no Brasil e no exterior

Continental AM: a resistência no ar

Entre 71 e 79, sob a direção de Fernando Westphallen, a rádio Continental AM driblou a censura com muita irreverência e bom-humor

POR MARIANA TOCHETTO E MICHELE PINHEIRO



Um veículo do Sistema Globo de Comunicações servindo à resistência? Roberto Marinho dando carta branca e participação nos lucros para os dirigentes de uma das rádios mais subversivas do país? Magnatas da comunicação patrocinando experiências inovadoras na linguagem, no formato e na programação do rádio em plena ditadura? Isso tudo pode parecer bastante improvável, mas foi o que aconteceu em 1971, quando “os caras lá do Rio de Janeiro” propuseram ao então responsável pelo Departamento de Produção e Mídia de Rádio e Televisão da maior agência de publicidade da América Latina, que dirigisse uma “radiozinha falida do interior”.

Sem dinheiro para investir e nutrindo certo preconceito contra seu futuro empregador, Fernando Westphallen, fã de corridas de cavalo, resolveu aproveitar o convite para negociar o contrato com a Globo no Rio, pensando em assistir a um importante grande prêmio de turfe que ocorreria naquele final de semana. “Eu não tinha interesse em trabalhar para eles. Fui providencialmente numa sexta-feira, para pegar o fim de semana e a coisa tomou outro rumo. Ao conversar com eles, eu formulei uma proposta que me parecia que não seria aceita de modo algum. Para início de conversa, eu disse que só aceitava se tivesse carta branca, se eu fizesse o que me desse na telha. Eles disseram que não tinha problema. Eu pensei: ‘Ué!’. Isso me perturbou um pouco, porque eu não esperava. Aí comecei a fazer outras exigências. Exigências financeiras: ‘A rádio não tem nada, está quebrada, eu preciso de apoio. Durante seis meses vocês têm que me mandar dinheiro’. Eles disseram que não tinha problema. Eu pensei: ‘Bom, agora eu preciso tratar da minha remuneração, eu não quero salário, salário eu ganho na AMPM, eu quero uma comissão sobre o faturamento’. Pedi 10% do faturamento líquido. Eles disseram que tudo bem, como a rádio não faturava nada, 10% de nada era nada. Daí eu pedi um cara para trabalhar comigo na área de programação, um na área de vendas, um diretor

comercial e um na área de broadcasting. E pedi 5% do faturamento para cada um. Eles concordaram e eu aceitei”.

AS INOVAÇÕES

Depois de passado o torpor inicial, o novo diretor da rádio e sua equipe começaram a pensar o que seria a Continental AM “1120 quilogramas”. Fernando relembra: “Naquela época não existia nenhuma rádio com a programação voltada para o jovem. As emissoras ignoravam que o rádio tinha mudado, que tinha surgido uma coisa chamada televisão, e que o rádio não ocupava mais a sala de visitas. A linguagem que se tinha no rádio até então se justificava porque se estava falando para a família. Até hoje eles falam assim no rádio, uma língua que ninguém mais fala. A coisa mais ilustrativa disso são os noticiários da *Guaíba*, o tal do *Correspondente Renner*, que agora é *Portocred*, é o mesmo desde que a rádio foi inaugurada. O mesmo formato, e aquilo já era uma cópia do *Repórter Esso*, que começou na II Guerra Mundial. Era a velha fórmula do ‘que, quando, onde, porque e como’ lido como telegrama. Ainda hoje, a *Rádio Guaíba*, continua lendo telegrama e com aquela voz de metralhadora”.

Como ninguém falava para a juventude, Westphallen, então com 32 anos, visualizou um caminho: “O jovem era rebelde, estava castrado pela Redentora, o Centro Acadêmico estava proibido, só se podia fazer ‘reúna’. Além da reunião dançante, todas as atividades eram, senão proibidas, muito perigosas. Havia um clima latente de rebeldia quanto a esse tacão que estava sobre a juventude”. Os idealizadores da Continental partiram então de um formato que já tinha sido implantado com sucesso no Rio, o da *Rádio Mundial*. Embora não fosse exatamente o que pretendiam, “era um formato mais popular, mais interessante”. Tocavam uma música estran-

geira e uma nacional, com intervalo de apenas um comercial.

A rádio tinha uma posição no dial – 1120Khz – desfocada do grosso da audiência, que se concentrava entre os 600 e 900Khz. Ninguém ia até lá. Era preciso chamar a atenção, chamar o povo para ouvir que aquilo era uma coisa nova. “Começamos a fazer coisas que na época eram consideradas maluquices. A cada meia hora a rádio apresentava um provérbio. ‘Em terra de cego, quem tem um olho é rei.’ Brincando com os provérbios, cutucávamos o regime. Coisas que nós sabíamos que não íamos poder sustentar, porque não existia provérbio nem coisa engraçada que se pudesse fazer durante muito tempo”.

“Lançamos também o *Horóscopo da Pesada*, que era uma gozação em cima dos horóscopos e tinha umas pitadas políticas. Na época, o guru do momento da direita brasileira era um economista chamado Hermann Kan, desses que estão sempre dando aula para o Brasil. O professor Kan, do Instituto Hudson, era incensado pela mídia e era também futurólogo, como todo economista. O nosso horoscopista passou a se chamar Hermann Kano. E por aí, nós debochávamos”.

ROBERTO CARLOS NÃO

A rádio era muito rigorosa na sua programação musical. Música brasileira só tocava o que se entendia como coisa boa. Roberto Carlos, por exemplo, era proibido. E a Jovem Guarda, salvo raras exceções, também não tocava. O slogan da rádio era “não tocamos Roberto Carlos”. “Tudo isso”, conta Westphallen, “era mais para chamar a atenção, do que uma coisa ideológica, embora ele representasse o *status quo*.”

Os ideólogos da Continental AM traziam também as músicas mais recentes das paradas de sucesso dos EUA e da Europa e tocavam as músicas que embalavam os

jovens nas boates. Os DJs da época procuravam a rádio para pedir as músicas e os conjuntos buscavam novos hits para tocar nos bailes. Mas o ouvinte tinha que pagar o que eles chamavam de pedágio: ouvir música brasileira, que era 50% da programação. Era Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Paulinho da Viola, Milton Nascimento, Edu Lobo... Muitas dessas músicas tinham uma pitada de rebeldia com relação a situação política.

De hora em hora, ouvia-se três minutos de notícias. “Não tínhamos equipamento para concorrer com uma *Gaúcha*, uma *Guaíba*. Nós só dispúnhamos de um telex, que recebia notícias da *France Press*, ou seja, só internacional. Notícia nacional só com rádio escuta.” Mas o diferencial da rádio estava na inovação, tanto da linguagem como do formato. “Proibimos palavras como ‘nosocômio’ no nosso noticiário. Na Rádio Continental, o cara vai para o hospital, quem vai para o nosocômio é a tua mãe! Soldado do fogo não existe, para nós é bombeiro. Governador é governador, não primeiro mandatário”. Todos esses chavões eram proibidos, lembra Westphallen.

Outra inovação da 1120 AM foi a inserção de gírias, que eram proibidos nas rádios. “Nós, na medida do possível, metíamos gírias na programação, inclusive criamos diversas gírias. Certas expressões ficaram, como, por exemplo, ‘marca diabo’. Nós dizíamos que ‘aquí na Continental, música marca diabo não entra’. E isso se integrou na linguagem do povo”. Além disso, a rádio tinha uma série de slogans. “Nós fazíamos o seguinte: como tu tens que dar a hora, e para que isso não ficasse muito chato, a gente dava da seguinte maneira: ‘na Porto Alegre dos buracos da Avenida Independência são 2h10min’. Na próxima vez, usávamos, por exemplo, ‘na Porto Alegre do viaduto com sinaleira...’.

A rádio foi um sucesso entre o público alvo, que era o jovem universitário. “A gente até brincava: se a minha sogra estiver ouvindo a rádio, nós temos que mudar a programação”. Como consequência, se transformou no alvo predileto das forças conservadoras. Não apenas do exérci-

“Começamos a fazer coisas que na época eram consideradas maluquices”

to, a repressão oficial, mas também “de algumas figuras carimbadas aí da ‘nossa mui leal e valorosa cidade de Porto Alegre’”. Westphallen conta: “Só vou te citar um nome, Flávio Alcaraz Gomes, notável radialista, notório puxa-saco dos milicos, farsante e sem escrúpulos. O Flávio Alcaraz fazia coberturas fantásticas e até hoje ele vende essas coberturas da guerra de Israel, por exemplo, que foi a que nós pegamos no pé dele. Ele foi com o fotógrafo Assis Hoffmann, e gravava boletins mentirosos. Coisas fantásticas, como gravações diretas do campo de batalha. Teve uma cena em que ele disse pro Assis Hoffmann: ‘Te abaixa, Assis!’ E se ouvia o zumbido de uma bomba, um troço que era feito no estúdio daqui, pelo Germano Geronesi. A partir daí nós criamos, no *Programa do Cascalho*, que tinha grande audiência, o *Correspondente Cláudio Aucatraz*, que transmitia a guerra diretamente de uma suíte do Hotel Hilton, e dizia ‘agora vamos encerrar esse boletim porque temos de ir para a piscina, onde eu e o Assis vamos tomar um uisquinho. Parece que o general tal, um general qualquer de Israel, vem nos visitar, então, vocês nos perdoem’. Essa era a nossa cobertura, debochando dele”.

Flávio Alcaraz não era o único “colega” que tentava prejudicar a rádio. “Na *Folha da Tarde*, tinha um cara chamado Hilário Honório, que tinha uma coluna de fofocas. Ele tinha uns informantes que ele chamava de perdigueiros. Este cara era o Adil Silva, que assinava Hilário Honório, mas no meio jornalístico era conhecido como ‘Ordinário Honório’. Ele colocava notas denunciando a Rádio Continental. Dizia que ela era subversiva, e publicava porque agradava os militares. Nós tínhamos realmente uma grande audiência no Terceiro Exército. Uma das funções do serviço secreto do exército era ouvir a Rádio Continental 24 horas por dia, e a gente brincava com isso”.

FIM DAS LIBERDADES

Com o tempo a (re)pressão foi crescendo, todos os programas não noticiosos sofriam censura prévia, até os comerciais passaram a ser submetidos à censura. “Nós tínhamos um comentário diário, do Luis Fernando Verissimo. Eram as dicas do LFM, apresentadas ao meio-dia e reprisadas à meia-noite. O LFM passou a ser censurado. Nos cortavam tudo, chegava na hora de ir ao ar e estava tudo censurado. Tínhamos que pegar um comentário antigo e fazer de novo. O texto ia pra lá e depois ficávamos na fila pra receber a liberação. Quando eles começaram a cortar até o *Horóscopo da Pesada*, que era só brincadeira, aí nós fizemos uma sacanagem com o cara. O censor que carimbava as coisas se chamava Arruda. Daí o professor Hermano Kano e seus equipamentos, ‘persecutando’ o universo, descobriu o 13º signo de zodiaco, o signo de Arruda, que protege a família e os bons costumes. E todos os dias tinha o signo de Arruda no horóscopo.

A irreverência foi o caminho encon-

trado pela rádio para poder fazer alguma coisa. Nos noticiários, o Chile era pauta diária. Como aqui não se podia falar em ditadura, era proibido falar sobre a política econômica, falava-se sobre a política econômica do Chile. Aqui era o presidente Médici, lá era o ditador Pinochet. “Tivemos alguns problemas. Eu fui preso numa cena fantástica: entraram de metralhadora na rádio e me levaram para a Polícia Federal. Isso porque a rádio noticiou uma reunião contra a transferência da UFRGS para o Campus do Vale. Noticiar que havia essa reunião para o nosso público me levou em cana”.

O *Supermercado da Cultura* era um programa diário da rádio que divulgava toda a programação cultural da cidade. O nome foi inventado para dizer que toda e qualquer manifestação cultural cabia ali, assim como um supermercado, que tem tudo. “Usávamos o *Supermercado* para divulgar tudo. Era bailezinho, qualquer coisa, inclusive a programação norteadada pela resistência”.

Muita gente que foi presa como subversiva saía da cadeia e tinha emprego garantido na Continental. Westphallen conta que “os caras lá no Rio” não tinham a mínima idéia do que acontecia aqui. Eles não sabiam da repercussão da rádio. Quem sabia mais ou menos era o superintendente, que era o Queirós, depois o Luiz Brunini, que tinha um irmão que trabalhava lá também, que se chamava Raul Brunini. Estes também eram contra o *status quo*, mas não chegava ao alto escalão. O que é bem contraditório, numa rádio que pertencia à *Rede Globo*. Westphallen explica: “Quando eu ia ao Rio, nas reuniões, eles me apresentavam: ‘esse aqui é de uma das nossas rádios do interior’. Pra eles não era nada, então nós aproveitamos isso e fomos em frente”.

A Continental promoveu ainda, na época em que os festivais de música eram moda, um festival dentro do presídio. “Um amigo meu de infância, o Carlos Araújo, estava preso, e a mulher dele na época, a Dilma Rousseff [atual ministra de Minas e Energia], tinha saído da cadeia, mas ficava lá no presídio dando aula. E tinha uma freira que comandava o esquema lá. Eu tinha um monte de músicas marca diabo na discoteca da rádio e doe tudo para o presídio. Inventamos então um festival de música do presídio. Os detentos, presos políticos e presos comuns, faziam as suas músicas, e nós montávamos o circo lá, sob a tutela da freira”.

O ESTOPIM

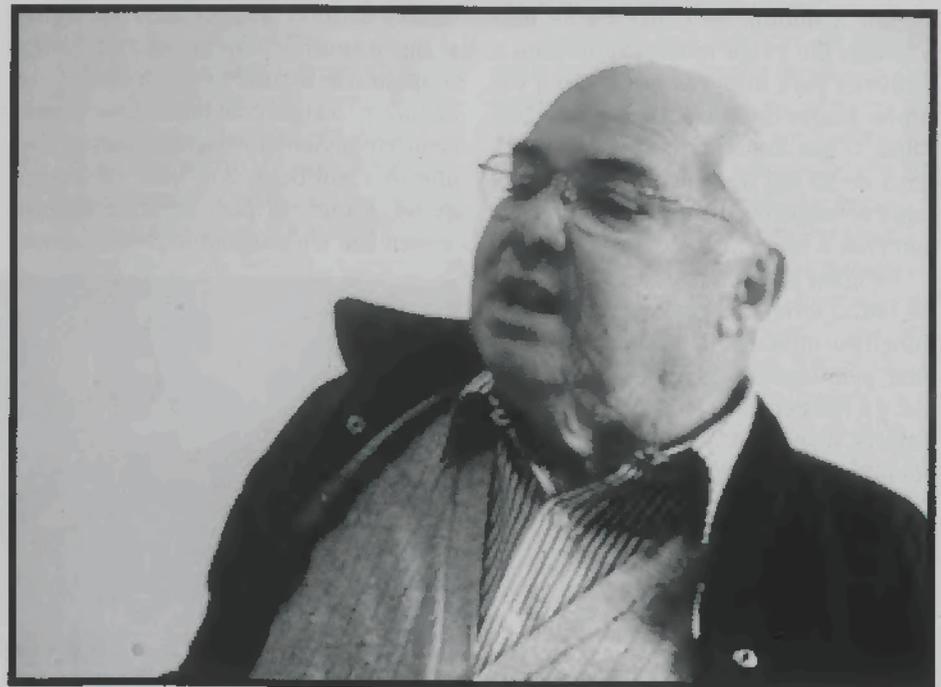
O momento em que Fernando Westphallen achou que não dava mais foi quando cassaram o mandato de dois vereadores em Porto Alegre, Marcos Klassmann e Glênio Peres, ambos do MDB. No dia posterior, houve uma reunião do partido para examinar a cassação. Logo depois, foi divulgada uma nota de protesto da executiva do partido “contra mais essa arbitrariedade”. Westphallen lembra bem do episódio: “Esta nota não foi proibida. As proibições eram feitas da seguin-

te maneira: ligavam da Polícia Federal e diziam ‘aqui fala o fulano de tal, de ordem do alto comando da revolução, está proibido noticiar tal assunto’. Nunca havia nada por escrito”. Como não havia proibição, as rádios *Gaúcha* e *Guaíba* veicularam a nota, e a Continental, idem, na íntegra, sem nenhum comentário. “Até porque não precisava, a nota era bastante forte por si mesma”, conta. Passadas algumas horas, apareceu na rádio um funcionário do Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações), um órgão do Ministério das Comunicações, que não tinha nada a ver com a censura, solicitou a gravação e abriu um processo contra as rádios que noticiaram aquilo que estava permitido. “Parece uma obra de Kafka, mas todas foram absolvidas, menos a Rádio Continental, que foi condenada a pagar a maior multa da história do rádio brasileiro. Eu

que qualquer hora dessas algum cara desesse, um Flávio Alcaraz da vida, ou um Cláudio Honório, ou um lá de Brasília chega no Roberto Marinho e pede a minha cabeça e ela vai pra bandeja. Daí eu vou ser a Salomé. Então eu comecei a encarar a necessidade de cair fora”.

VALEU A PENA

“Mas fizemos chover nesse meio tempo. Os festivais de Música Gaúcha, o MusiPuc, nós transmitíamos todos ao vivo, e lançamos uma série de nomes. A história mais curiosa é do Kleiton e Kledir, que eram uns guris que moravam ali no bairro Tristeza e tinham um grupo chamado *Os Almôndegas*. As condições para gravar com um grupo musical no nosso estúdio eram muito longe do ideal, mas decidimos tentar e gravamos. O único horário que tínhamos para gravar era o horário



Entre os inimigos da Continental, Westphallen destaca Flávio Alcaraz Gomes, “notável radialista, notório puxa-saco dos milicos, farsante e sem escrúpulos”

recebi a notificação, o cara que me levou ela era do departamento jurídico do Dentel. Ele disse: ‘Isso aqui é um absurdo lá de Brasília, não faz sentido nenhum, recorre que vocês ganham. As outras foram absolvidas, vocês foram condenados por quê?’ Diante disso, eu liguei pro Brunini no Rio e contei a história. Eu disse que iria recorrer, e ele disse para eu pagar. E eu pensei: ‘Pô, é uma injustiça tão grande que eu não tô a fim de pagar.’ Ele disse: Paga, eles já vieram aqui e deram um prejuízo enorme com a novela *Roque Santeiro* [na época, a novela tinha que apresentar a sinopse para o censor antes de ser gravada. *Roque Santeiro* teve a sinopse aprovada e quando já haviam sido gravados 20 capítulos, foi censurada, dando um prejuízo enorme para a Rede Globo. Ela só pôde ser gravada muitos anos depois]. Daí nós raspamos o cofre e pagamos. Ele disse que eles estavam perseguindo a *Globo*, porque ela estava com um poder muito grande, que eles estavam tentando castrar a *Globo*. Daí eu cheguei à conclusão de

da *Voz do Brasil* e do projeto *Mínerva*, que nós chamávamos de “Me-eruva”, que a rádio ficava em cadeia nacional e a gente podia usar o estúdio para isso. Foram gravadas duas músicas com *Os Almôndegas*, uma inclusive estava ruim, eles erraram, tinham atravessado o ritmo, era um sambinha gostoso chamado *Até não mais*. Mas decidimos tocar assim mesmo. E foi um sucesso.”

Nos anos finais da Continental, já se verificava o surgimento das rádios FMs que começaram a estourar. “Como o jovem está sempre em busca de novidades, a concorrência cresceu e a rádio começou a perder audiência.” Fernando lembra com carinho do *staff* da rádio na época: “Todos eram importantes e, como dizia Violeta Parra, só se faz isso com ‘tesón involuntario’”. Tesão, paixão, intensidade. Estas são palavras que descrevem a geração que, como Fernando Westphallen, viveu sob a égide da censura e apesar disso, ou por isso mesmo, foi das mais criativas, sonhadoras e destemidas.

Um marujo de 64

Protagonista da rebelião que precipitou o golpe, Avelino Capitani diz que os ideais de sua geração não morreram

Ministério da Marinha, Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964. Cerca de quatro mil marinheiros rebelados, alguns deles com fuzis FO da Primeira Guerra Mundial em mãos, agrupam-se em torno de aparelhos de rádio em busca de notícias. Do outro lado, dez mil soldados do Exército, bem armados, com tanques e canhões. Um coronel se aproxima de Avelino Capitani, no comando do movimento. Ele exige rendição imediata e aproveita para informar que estão a caminho tropas de Minas Gerais e de São Paulo, o que aumentaria o efetivo para cerca de 50 mil homens. A tensão toma conta do ambiente e muitos marujos choram com a iminência da morte.

De norte a sul do país, a situação não era muito diferente. Assim como os marinheiros, milhares de civis dispostos a lutar pela legalidade sentiram-se isolados, e a resistência acabou derrotada pela própria dispersão. Ficaram esperando por ordens que nunca chegaram. No momento decisivo, o presidente João Goulart não quis derramar sangue, e o golpe se consolidou sem que um tiro sequer fosse disparado.

Avelino Bioen Capitani nasceu em 18 de agosto de 1940, em Lajeado, Rio Grande do Sul. Teve uma infância de muito trabalho no campo, até se mudar para Porto Alegre. Certo dia, enquanto tomava um sorvete no Chalé da Praça XV, um marinheiro sentou-se ao seu lado. Depois de alguns minutos de conversa, Capitani, então com 19 anos, percebeu na Marinha a possibilidade de um ótimo futuro. "A Marinha me interessou por dois motivos: poder estudar e viajar o mundo", conta.

Depois de passar pela Escola de Aprendizes de Marinheiros, Capitani foi para o Rio de Janeiro, no início dos anos 60. Era uma década polarizada por duas correntes: a esquerda nacionalista e a direita conservadora. Segundo Capitani, essa polarização era ainda mais evidente dentro dos quadros da instituição, a mais conservadora das Forças Armadas. "Na rua, o marinheiro se deparava com uma realidade em transformação e, na Marinha, vivia amarrado a uma camisa-de-força", diz Capitani, que foi um dos diretores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB).

O principal objetivo da Associação era tratar de reivindicações dos marinheiros que já existiam na origem da Revolta da Chibata - comandada por João Cândido em 1910 - mas que, 50

anos depois, ainda não haviam sido solucionadas. Segundo Capitani, "todas as reivindicações eram possíveis de serem atendidas, pois eram questões mínimas, como o direito ao casamento, o de poder usar trajes civis fora de serviço e o fim do livro de castigos". Contudo, a resposta da oficialidade foi extremamente violenta, e os diretores da Associação começaram a ser perseguidos.

Depois de uma série de pequenas vitórias e derrotas, a Associação tinha quase que o controle da esquadra brasileira. O apoio dos marujos era irrestrito, e os oficiais não viam com bons olhos o crescente envolvimento dos marinheiros com questões políticas. Até que, em março de 64, o que era para ser uma simples assembléia em comemoração ao segun-

Carregaram-no em passeata comemorando a vitória.

A rebelião abalou as estruturas arcaicas da Marinha e teve reflexos em toda a nação. O jornalista Elio Gaspari afirma que "se o presidente João Goulart tivesse desentocado os marinheiros insubordinados de março de 64, o Brasil não teria caído numa ditadura que durou 20 anos". Capitani discorda, pois, para ele, a rebelião apenas precipitou o movimento militar: "o golpe já estava espalhado por toda a sociedade. Nós sabíamos, inclusive, a data em que seria posto em prática. A rebelião foi uma tentativa de frustrar o golpe. Foi um momento de definição, e os marinheiros se colocaram em favor das forças progressistas".



COMEMORAÇÃO. O vice-almirante Cândido Aragão é carregado em triunfo

do aniversário da AMFNB, no Sindicato dos Metalúrgicos, transformou-se em rebelião. Alguns diretores da Associação foram presos, inclusive Capitani. Em resposta, cerca de quatro mil marujos decidiram não voltar para suas repartições e ficaram em vigília no sindicato. Ao amanhecer, e durante todo o dia, mais marinheiros chegaram para aderir ao levante. A hierarquia foi rompida, e a Marinha ameaçava bombardear o prédio. Para solucionar o impasse, o presidente João Goulart substituiu o Ministro da Marinha, Almirante Silvio Mota, pelo Almirante Paulo Mario da Cunha Rodrigues, este com visível inclinação nacionalista e simpático às causas da Associação. Também garantiu anistia a todos os envolvidos no episódio. Os marinheiros foram levados para o Batalhão da Guarda e depois libertados. Ao saírem rumo à Associação, encontraram o Almirante Cândido Aragão em frente à Candelária.

A CLANDESTINIDADE

Depois de caracterizado o golpe de Estado, veio a perseguição. Ao todo, 1509 marinheiros e fuzileiros navais foram expulsos e processados. Destes, 400 foram condenados, Capitani entre eles. Somadas, as penas atingiram mais de 13 séculos de reclusão, "a maior pena coletiva da história do Brasil", diz Capitani. Ele e muitos de seus colegas não tiveram outra alternativa senão a clandestinidade. Alguns meses depois, Capitani foi descoberto, preso e levado para o serviço secreto da Marinha, o Cenimar. Lá, foi torturado durante vários dias e noites. "A Marinha tinha alguns setores preparados para a tortura. Desde 1954, oficiais vinculados à inteligência estavam sendo enviados para fazerem cursos de tortura na Carolina do Norte", revela.

Posteriormente, Capitani e seus colegas planejaram e colocaram em prática uma fuga cinematográfica, pela porta da

frente do tribunal onde estavam sendo julgados. Em seguida, veio o exílio no Uruguai e o treinamento de guerrilha em Cuba. Motivados pela Teoria do Foco - extraída do livro *A Revolução na Revolução*, de Régis Debray - Capitani e outros militantes acreditavam que poderiam derrubar a ditadura que sufocava o povo brasileiro com a formação de pequenos grupos armados. Se Cuba conseguisse, eles também conseguiriam. De volta ao Brasil, Capitani participou da Guerrilha de Caparaó - o primeiro foco de resistência armada do país. Localizada estrategicamente entre Minas Gerais e Espírito Santo, a guerrilha resistiu por alguns meses, até ser descoberta pela polícia mineira, que contou com a traição de alguns dos integrantes do movimento. Todos foram presos.

Mas desses longos anos de clandestinidade, andando de um lado para o outro, tendo sempre à frente a possibilidade de ser morto ou preso, Capitani não guarda apenas lembranças ruins. A música *Charles Anjo 45*, de Jorge Ben, foi composta em sua homenagem. O codinome vem da época de Caparaó: "Charles era meu nome na guerrilha; Anjo foi um apelido dado na prisão por uma assistente social, devido aos meus cabelos loiros; e 45 é por causa da pistola que eu usava", conta. Ferido em um cerco policial, Capitani subiu um morro do Rio em busca de refúgio. Na fuga, foi ajudado por moradores da favela, mas deixou um rastro de sangue. "Tive de cavar um buraco no chão a unha, onde me enterrei e passei uma noite e um dia inteiro esperando a polícia descer o morro", relembra. Como Capitani desapareceu por algum tempo, pensaram que tivesse morrido. "O Jorge fez a música como uma espécie de homenagem póstuma. Se soubesse que eu estava vivo, não tinha feito", diz.

Em Porto Alegre desde 1976, Avelino Capitani leva uma vida pacata no bairro Passo D'Areia. Depois da promulgação da Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979, foi perdoado dos crimes políticos e entrou na política oficial. Foi diretor da Divisão de Fiscalização de Porto Alegre no primeiro mandato do PT na prefeitura da Capital. Depois de anos de lutas na Justiça, em novembro de 2001 veio a anistia parcial por seus direitos profissionais e reintegração às suas funções. Atualmente, dedica-se ao trabalho no terceiro setor, onde acredita poder continuar contribuindo para melhorar a sociedade. "Todos os ideais de 64 ainda existem. A sociedade de hoje não tem saída, é uma sociedade baseada na competição. Temos de evoluir para uma sociedade baseada na cooperação. Ainda luto por uma visão de uma nova sociedade. Temos de trocar os valores materiais por valores espirituais", diz, com a convicção de quem parece ter vivido 200 anos e tem ainda muitas histórias para contar.

“Licença poética para imaginar tempos melhores”

Chico Buarque foi um dos símbolos da luta por direitos civis e por uma sociedade mais justa

pátria esvaziada: “Quero deitar à sombra de uma palmeira que já não há/ colher a flor que já não dá”.

Sabiá foi uma Canção do Exílio feita a partir da própria terra. O distanciamento nos versos “vou voltar/ sei que ainda vou voltar/ e é para ficar” confirmava o suposto exílio, e “que a nova vida/ já vai chegar/ e que a solidão/ vai-se acabar” falam da busca por uma outra vida, e com ela, a possibilidade de uma mudança política e social. Além de *Sabiá*, outras canções compõem a primeira fase da obra de Chico, classificada pela estudiosa como “Lirismo Nostálgico”, marcada pelo distanciamento e pela saudade de uma situação passada. Nessa fase, encontramos também *A Banda, João e Maria, Noite dos Mascarados e Sonho de um Carnaval*, em que todas usam ou o carnaval, ou o samba, ou a infância para criar um espaço privilegiado, longe das atrocidades da ditadura. Depois dessa época, foi fácil identificar as duras críticas do compositor às mazelas do regime.

O livro vai além da batida interpretação do jogo paranomástico de *Cálice* (Cale-se). Outras curiosidades são reveladas para os apreciadores da boa música brasileira. Quando Chico teve de utilizar de pseudônimos para driblar a censura, por exemplo, duas grandes canções foram criadas. Em *Tanto Mar*, Chico pede uma semente que a Revolução dos Cravos deixou esquecida em algum canto de jardim, pois aqui (na ditadura brasileira) o cantor está “carente”. Ele quer em vez de armas, cravos para trazer a liberdade de volta ao país: “Foi bonita a festa pá/ Fiquei contente/ Ainda guardo renitente algum cravo para mim/ (...) Canta a primavera pá/ Cá estou carente/ Manda novamente algum cheirinho de Alecrim”.

Na canção *Acorda Amor*, o poeta descreve uma situação limite em que o cidadão comum prefere o ladrão à polícia: “Acorda amor/ Eu tive um pesadelo agora/ Sonhei que tinha gente lá fora/ Batendo no portão, que aflição/ Era a dura, numa muito escura viatura/

Minha nossa santa criatura/ Chame, chame o ladrão, chame o ladrão”.

A canção fala também, de maneira sutil, do desaparecimento de pessoas contrárias ao regime: “Se eu demorar uns meses/ Convém, às vezes, você sofrer/ Mas depois de um ano eu não vindo/ Ponha a roupa de domingo/ E pode me esquecer”.

O livro *Desenho Mágico* trata também das canções-hinos que Chico compôs durante o período de maior repressão que o Brasil já viveu. *Roda Viva, O que será, Samba de Orly, Meu Caro Amigo* são algumas músicas do vasto repertório do compositor analisado por Adélia de Menezes. Mas é em *Apesar de Você* que podemos entender a verdadeira e brilhante tradução da poesia buarqueana: “as suas metáforas são para serem entendidas também na sua literalidade afetiva, e não apenas no seu registro político”, afirma a autora. O “você” pode ser (e era) o ex-presidente Médici, mas também, aquela mulher autoritária que Chico se referiu quando teve que explicar a letra de sua canção aos militares. É essa vinculação do íntimo com o coletivo, do afetivo com o político que torna a obra desse compositor tão admirada. Além disso, sempre contemporânea. *Apesar de Você* voltou a ser cantada por uma multidão de militantes petistas na vitória presidencial de Luís Inácio Lula da Silva em 2002. Ah, o “você” dos anos dois mil é o repressor FMI.

— POR FERNANDA ALDABE

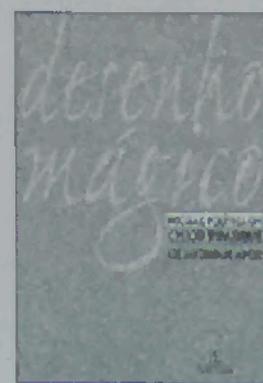


A ERA DOS FESTIVAIS. Chico Buarque, MPB-4 e Som Três apresentam *Roda Viva* no terceiro Festival da Record, em 1967: início de um movimento que deixou marcas profundas na canção popular brasileira

A resistência cultural durante a ditadura militar ajudou a criar canções que são hinos até hoje. Ironicamente, os censores contribuíram muito para a música popular. Como as grandes obras primas da literatura que utilizaram de metáforas para se fazerem entender, a arte musical brasileira ficou ainda mais bela quando teve que driblar a (in)sensibilidade dos militares. Mas, às vezes, o que passava despercebido pelos censores também era de difícil entendimento para os que resistiam à ditadura no país. Nem todos tiveram o alcance para decifrar as figuras de linguagem, o que rendeu muitas vaias e críticas a Chico Buarque de Holanda.

O livro *Desenho Mágico*, de Adélia Bezerra de Menezes, esmiúça duas décadas da produção artística de Chico Buarque, estabelecendo um paralelo com a história recente brasileira, mais especificamente com os anos marcados pela repressão (1964 até 1980). A obra começa tratando da canção *Sabiá* (Chico Buarque e Tom Jobim) que ganhou, além do primeiro lugar no III Festival Internacional da Canção, em 1968, as vaias do Maracanãzinho lotado. Os estudantes engajados que torciam por *Caminhando*, de Geraldo Vandré, consideravam a música alienada. Adélia Menezes afirma que a canção, que fazia uma alusão ao poema de Gonçalves Dias, tratava de uma pátria configurada pela carência, uma

A OBRA



Desenho Mágico: Poesia Política em Chico Buarque, de Adélia Bezerra de Menezes. Ateliê Editorial (204 páginas, R\$ 38)



FABICO | UFRGS
JUNHO DE 2004